

**LEI MUNICIPAL Nº 1.209/2015**

**DE 19 DE JUNHO DE 2015**

*Certidão*  
Certidão que o presente ato, foi  
publicado no Diário Oficial do Município de  
Águas Lindas de Goiás, GO  
19/06/2015  
*[Assinatura]*

***“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO – PME, EM CONSONÂNCIA  
COM A LEI FEDERAL Nº 13.005/2014 QUE  
TRATA DO PLANO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO – PNE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.***

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ESTADO DE  
GOIÁS, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art.1º** - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, constante do documento anexo, com duração de 10 (dez) anos, a contar da aprovação desta Lei, com vistas ao cumprimento da Lei Federal de nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com o Poder Legislativo, Conselho Municipal de Educação e a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

**§ 1º** - O Poder Legislativo, por intermédio de uma Comissão de Educação, da Câmara de Vereadores, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

**§ 2º** - A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência desta Lei, cabendo a Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

**Art. 3º**- A Secretaria Municipal de Educação instituirá o Sistema Municipal de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

**Art. 4º**- O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas e estratégias constantes do Plano Municipal de Educação e dos respectivos planos decenais, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 5º** - O Poder Executivo Municipal empenhar-se-á na divulgação deste Plano e da progressiva realização de suas metas estratégicas e, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 6º** - Caberá ao Gestor Municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

**Art. 7º**- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 966 de 22 de dezembro de 2011.

***Gabinete do Prefeito Municipal de Águas Lindas de Goiás, aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, (19/06/2015).***

  
**OSMARILDO ALVES DE SOUSA**  
**Prefeito Municipal**

Vigência  
2015 à 2024



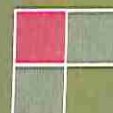
# Plano Municipal de Educação

Águas Lindas de Goiás - GO

Visa a construção de uma política educacional inclusiva de um governo municipal com objetivos e metas do município comprometido com a melhoria e a qualidade da educação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME  
Águas Lindas de Goiás - GO  
ANO 20 | 1995-2015





**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Osmarildo Alves de Sousa

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Professor Silvério Correa dos Santos

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO**

Deusimar Macedo Bezerra

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Manoel Gomes da Silva

**EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA NA ELABORAÇÃO:**

Professor Alberto Damião Lopes de Souza

Professor Carlos Renato de Almeida Alves

Professora Maria Givanete Santana de Souza

Professor João Martins da Silva

Administrativa Andréia Queiroz Coutinho

**COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Silvério Correa dos Santos  
Alberto Damião Lopes de Souza  
Carlos Renato de Almeida Alves  
Mauro Pedro Correa dos Santos  
Manoel Gomes da Silva  
Carlos André Alves Lima  
Sérgio Luiz Lima Alves de Oliveira  
José Nunes Moura  
Aluizio Moraes dos Reis  
Rogilson da Silva Gonçalves  
Jorge Ramos Nunes  
Ronaldo Oliveira Gonçalves  
Juarcy Barbalho Barros  
Luciana Borges da Silva  
Edilene da Silva Lima  
Marcio Vieira de Santana  
Nivaldo Gonçalves Oliveira  
Adélia Maria Lima Melo Soares  
Edileuza de Souza Santana  
Fábio José Batista Silva  
Lucy Adriana da Conceição Maya  
Eliene Martins Braga  
Edson Moreira Gomes  
Ednaldo Alves Azevedo  
Mazone Batista de Sousa  
Maraisa Bezerra Lessa  
Wagner Pereira Lopes

Secretário Municipal de Educação  
Rep. Secretaria Municipal de Educação  
Rep. Secretaria Municipal de Educação  
Rep. Conselho Municipal de Educação  
Rep. Conselho Municipal de Educação  
Representante da Prefeitura Municipal  
Rep. da Prefeitura Municipal  
Representante do Poder Legislativo  
Representante do Poder Legislativo  
Representante do Polo UAB  
Representante do Polo UAB  
Rep. dos Prof.º das Escolas Municipais  
Rep. dos Prof.º das Escolas Municipais  
Rep. dos Diretores das Esc. Municipais  
Rep. dos Diretores das Esc. Municipais  
Rep. dos servidores da SME  
Rep. dos servidores da SME  
Rep. das Escolas Privadas  
Rep. das Escolas Privadas  
Rep. da Rede Estadual de Ensino  
Rep. da Rede Estadual de Ensino  
Rep. do SINDSPMAL  
Rep. do SINDSPMAL  
Rep. instituições Assistenciais  
Rep. instituições Assistenciais  
Rep. do Inst. Fed. De Goiás – Polo Águas Lindas  
Rep. do Inst. Fed. De Goiás – Polo Águas Lindas

## ÍNDICE

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 – HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDA DE GOIÁS.....</b>	<b>8</b>
2.1 – Águas Lindas limita-se.....	9
2.2 – Aspectos Hidrográficos .....	9
2.3 – Aspectos de Ordenamento e ocupação territorial.....	10
2.4 – Aspectos Populacional.....	11
2.5 – Aspectos Sócios Econômicos do Município.....	16
2.6 – indicadores Sócio Econômicos.....	17
2.7 – Evolução e Gestão Município.....	20
<b>3 – DIAGNÓSTICO DOS ASPECTOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>21</b>
3.1 – Número de Matrícula inicial Rede Municipal Águas Lindas.....	24
3.2 – Número de Matrícula inicial Rede Municipal Águas Lindas – Correção de Fluxo.....	25
3.3 – Número de Matrícula Inicial Rede Estadual Águas Lindas de Goiás.....	25
<b>4 – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO. ....</b>	<b>29</b>
4.1 – Funções Docentes por modalidade e etapa: Rede Municipal.....	31
4.2 – Funções Docentes por modalidade e etapa: Rede Estadual.....	32
4.3 – Quadro de função com quantitativo e formação inicial no município.....	35
<b>5 – PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>36</b>
5.1 – Educação Integral.....	36
5.2 – Escola Aberta.....	37
<b>6 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>38</b>



<b>7 – EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>40</b>
<b>7.1 – Dados da Universidade Aberta do Brasil.....</b>	<b>41</b>
<b>8 – GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>9 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>10 – REPASSES: SALÁRIO EDUCAÇÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>11 – DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>12 – COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE.....</b>	<b>48</b>
<b>13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO – METAS E ESTRATÉGIAS.....</b>	<b>52</b>

## APRESENTAÇÃO

Com base na Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação, a qual determina a elaboração do Plano Municipal de Educação com diagnósticos precisos para a implantação de uma educação de qualidade. Consequentemente, alinhou-se o PME com o PEE e o PNE, potencializando assim as metas e estratégias em um conjunto de esforços para que se possa atingi-las em todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal.

O Plano Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás é um marco para todo o município, traz a realidade das dificuldades apresentadas por um diagnóstico realizado com coleta de dados em vários campos para que se tenha a dimensão do crescimento populacional, financeiro e pedagógico.

Esse PME é um projeto estrutural que compõe as metas e estratégias para uma política municipal que demonstra as demandas existentes para um período de 10 (dez) anos. Assim, perfaz as projeções para uma política educacional centrada na realidade de crescimento de Águas Lindas de Goiás, e atende todas as necessidades educacionais do cidadão. Nesse parâmetro esse PME não se trata apenas de plano de ação da prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois irá atravessar mandatos de vários prefeitos ou dirigentes municipais de educação, se trata de um projeto educacional que vincula o desenvolvimento local.

Com o objetivo de intersetorialidade o PME teve participação de vários segmentos da sociedade e leva em consideração a trajetória histórica, características socioculturais e ambientais, com a vocação e a perspectiva de futuro do município.

Silvério Correa dos Santos  
Secretário Municipal de Educação



## 1 - INTRODUÇÃO

A reconstrução do Plano Municipal de Educação de Águas Lindas é embasada na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. E esse Plano Municipal de Educação será aprovado por Lei da Câmara Municipal como determina o Artigo 214 da Constituição Brasileira.

A educação em seu exercício pleno requer planejamento estratégico e atuação integrada, além de ações concisas e coesas, despertando o processo de construção e desenvolvimento de qualquer sociedade que busca a identidade cultural do seu povo para um novo tempo. A Educação é a primeira ação de combate à indigência e à pobreza, por meio de políticas públicas que promovem o desenvolvimento humano e a responsabilidade social.

O Plano Municipal de Educação propõe em linhas gerais uma nova proposta para as questões pedagógicas, estruturais, recursos humanos, recursos financeiros e de gestão, como parte de todo processo educacional do município. Registra-se aqui um passo inovador, que será garantido com o compromisso político do governo municipal com os diversos participantes e segmentos da sociedade envolvidos num processo educacional que exige mudanças significativas para o alcance de um ensino de qualidade.

O Plano Municipal de Educação propõe uma prática educativa adequada às necessidades sociais, política, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para formação de cidadãos autônomos, empreendedores, críticos e participativos.

O Plano Municipal de Educação é um plano decenal e se concretizará através das metas específicas no período de 10 anos com estratégias possíveis de serem executadas.

É um instrumento norteador das ações educacionais do município e seu desenvolvimento será em curto prazo (2 anos), médio prazo (5 anos) e longo prazo (10 anos) e por ser um importante guia para o fortalecimento da Rede

Municipal no cumprimento da missão institucional, estabelece um novo paradigma, o qual exige que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva as capacidades de inovar, de pensar, e de agir estrategicamente e, para que a inovação ocorra e o pensamento estratégico estabeleça como cultura institucional, é necessário promover ações transformadoras em benefício da coletividade, pois a educação é o principal meio de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O Plano Municipal buscará a ampliação e o enriquecimento do ensino/aprendizagem de forma abrangente para atender os diversos níveis, modalidades e etapas do ensino municipal com avanços tecnológicos e que priorize a destinação de recursos para atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.



## 2 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

A cidade que hoje se percebe em crescente evolução, há 20 anos era apenas cerrado com algumas chácaras, fazendas e principalmente um Balneário com lindas nascentes e piscinas naturais denominadas de Clube Águas Lindas, cuja beleza deu origem ao nome da cidade que aqui nascia – **Águas Lindas de Goiás.**

A existência da cidade de Águas Lindas é recente. Antes conhecida como Parque da Barragem, foi emancipada do município de Santo Antônio do Descoberto pela Lei Nº 12.797 de 27 de dezembro de 1995. Cresceu às margens da BR-070 devido a proximidade com Brasília-DF e a oferta de lotes com baixos valores facilitou sua aquisição por parte da população de baixa renda do Distrito Federal.

A população atualmente é composta por, aproximadamente, 183.000 habitantes, os quais comemoram o aniversário da cidade no dia 12 de outubro em homenagem a Nossa Senhora Aparecida.

Em 1996, foi realizada a primeira eleição, elegendo-se assim o primeiro prefeito, que assumiu a Prefeitura Municipal em Janeiro de 1997.

A cidade não possui uma indústria principal, mas têm uma variedade de empresas comerciais, pequenas indústrias, que variam de escritórios, lojas diversas, oficinas, fábricas/confecção madeireiras, supermercados e outros. Possui agências bancárias dos maiores bancos do território nacional: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e bancos particulares como Itaú e Bradesco.

Segundo dados do IBGE, a população no ano de 2010 era de 159.378 habitantes, sendo que 240 estavam na área rural e 159.138 na área urbana, Águas Lindas é a 6ª cidade de Goiás em população, possui 242 bairros e faz parte do entorno do Distrito Federal, considerada pelo Censo a cidade que mais cresce na América Latina.

De acordo com o IBGE, o município de Águas Lindas de Goiás possui um território de 191 Km<sup>2</sup>. Segundo Documento de limites e confrontações, o município tem uma extensão de 278 Km<sup>2</sup>, porém após a inclusão do setor Padre Lúcio estima-se que o território do município tenha 333 Km<sup>2</sup>, sendo que deste 0,4995 Km<sup>2</sup> são de área rural e 332,5005 Km<sup>2</sup> de área urbana.

## 2.1 - Águas Lindas limita-se

Ao norte, com o Município de Padre Bernardo (GO) e Brazlândia (DF); ao sul com a cidade Santo Antônio do Descoberto (GO); ao Leste com Brasília (DF); ao oeste, com Cocalzinho (GO). Latitude: -15° 45' 43", Longitude -48° 16' 54" com Altitude de 1080 metros. Águas Lindas está a 193 quilômetros de Goiânia, capital do estado de Goiás, e a 60 Km de Brasília-DF.

De acordo com o censo de 2010, observa-se que a faixa etária da população, possibilita um estudo para a formatação de uma política pública municipal para Águas Lindas.

## 2.2 - Aspectos Hidrográficos

O Município de Águas Lindas é banhado por uma rede fluvial com três rios principais: **Rio Descoberto**, onde se localiza a Barragem do Descoberto. É muito importante, pois é o maior responsável pelo abastecimento de água da cidade de Brasília. Através de um convênio entre a empresa Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) e Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) e delimita a fronteira com o Distrito Federal. O **Rio dos Macacos** (que define a fronteira com o município de Cocalzinho de Goiás); e o **Rio Verde** que fica, ao norte, fazendo divisa com o Distrito Federal.

Além dos rios, temos no município muitos córregos, alguns deles já com problemas de contaminação de suas nascentes. A Saneago é a empresa responsável pelo tratamento da água para o consumo da população de Águas Lindas, e pela proximidade com o Distrito Federal, a Saneago tem um convênio



com a Caesb(DF) que atualmente é a empresa responsável pelo tratamento da água e do esgoto de Águas Lindas.

### **2.3 - Aspectos de Ordenamento e Ocupação Territorial**

O **Plano Diretor de Águas Lindas (em construção)** determina o desenvolvimento do município com o objetivo de ordenar a ocupação territorial, respeitando as restrições ambientais e de saneamento, otimizando os investimentos em equipamentos urbanos e comunitários, bem como promove a implantação de novas atividades econômicas e de novas áreas habitacionais. O Plano contempla os aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos-ambientais, institucionais e, em especial o desenvolvimento urbano sustentável. Estabelece diretrizes para consolidação da cidade com pólos de centralidades, sedes de atividades produtivas terciárias geradoras de emprego e renda, oferta de equipamentos de saúde, educação, assistência social e cultural, às condições habitacionais, à infra-estrutura e aos serviços públicos, de forma a promover o desenvolvimento urbano e a inclusão social. A agenda social deve realizar ações integradas de combate à indigência e a pobreza, por meio de políticas que promovam o desenvolvimento humano e a responsabilidade social.

## 2.4 - Aspecto populacional

Estimativa populacional dos vinte municípios mais populosos do Centro-Oeste em 2012 e 2013

Relação dos 20 municípios mais populosos da Região Centro-Oeste.							
2012				2013			
Rank.	UF	Município	População	Rank.	UF	Município	População
1ª	DF	Brasília	2.648.532	1º	DF	Brasília	2.789.761
2ª	GO	Goiânia	1.333.767	2º	GO	Goiânia	1.393.579
3ª	MS	Campo Grande	805.397	3º	MS	Campo Grande	832.350
4ª	MT	Cuiabá	561.329	4º	MT	Cuiabá	569.831
5ª	GO	Aparecida de Goiânia	474.219	5º	GO	Aparecida de Goiânia	500.619
6ª	GO	Anápolis	342.347	6º	GO	Anápolis	357.402
7ª	MT	Várzea Grande	258.208	7º	MT	Várzea Grande	262.880
8ª	MT	Rondonópolis	202.309	8º	MT	Rondonópolis	208.019
9ª	MS	Dourados	200.729	9º	MS	Dourados	207.498
10ª	GO	Rio Verde	185.465	10º	GO	Rio Verde	197.048
11ª	GO	Luziânia	179.582	11º	GO	Luziânia	188.181
12ª	GO	Águas Lindas de Goiás	167.477	12º	GO	Águas Lindas de Goiás	177.890
13ª	GO	Valparaíso de Goiás	138.740	13º	GO	Valparaíso de Goiás	146.694
14ª	MT	Sinop	118.833	14º	MT	Sinop	123.634
15ª	GO	Trindade	107.966	15º	GO	Trindade	113.447
16ª	MS	Três Lagoas	105.224	16º	MS	Três Lagoas	109.633
17ª	MS	Corumbá	104.912	17º	GO	Formosa	108.503
18ª	GO	Formosa	103.322	18º	MS	Corumbá	107.347
19ª	GO	Novo Gama	98.135	19º	GO	Novo Gama	103.085
20ª	GO	Itumbiara	94.613	20º	GO	Itumbiara	98.484
<b>Total:</b>			<b>8.231.106</b>	<b>Total:</b>			<b>8.595.885</b>

Fonte: Estimativa Populacional do IBGE 2012/2013 – Edição: Redecol Brasil

Águas Lindas é o 12º mais populoso da região Centro Oeste.

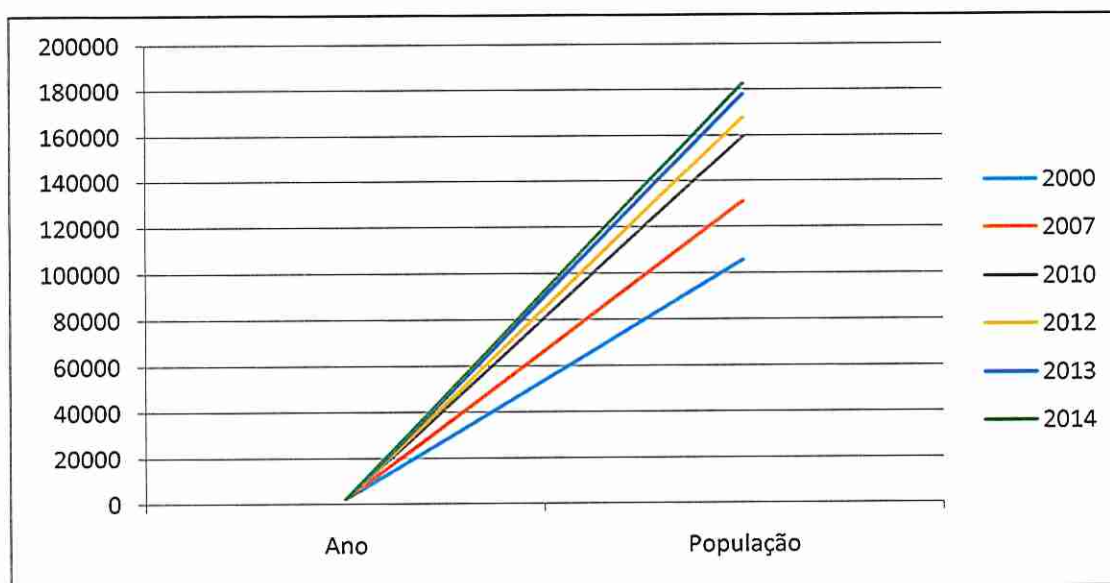
Do Estado de Goiás no ano de 2014 a população de Águas Lindas é estimada em 182.526 habitantes sendo o sexto município mais populoso de acordo com a tabela abaixo:



Rank	Município	População
1º	Goiânia	1.412.364
2º	Aparecida de Goiânia	511.323
3º	Anápolis	361.991
4º	Rio Verde	202.221
5º	Luziânia	191.139
6º	<b>Águas Lindas de Goiás</b>	<b>182.526</b>

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPS

Baseado em estimativas e pesquisas do IBGE no que foi apresentado nas tabelas e gráficos percebe-se que a população de Águas Lindas de Goiás vem ganhando proporções exorbitantes em crescimento populacional, ganhando dimensões que se não for tomadas medidas urgentes para que se possa atender a demanda educacional terá sérios problemas em um futuro próximo. Como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE

Observa-se que o crescimento populacional no município é considerável tendo no ano de 1995 com 61.478 habitantes, no de 2000 105.582 habitantes, em 2007 130.836, em 2010 159.125, em 2012 167.477, em 2013 177.890, e em 2014 a estimativa de 182.536 habitantes, nota-se que em um período de 14 anos o crescimento populacional foi de 76.954 habitantes, uma média de aproximadamente 5.500 pessoas por ano. Totalizando 72% de crescimento em quatorze anos, e uma média de 5% anual.

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade 2010 Águas Lindas de Goiás (GO) -				
Idade	Quant.	Porcentagem	Porcentagem	Quant.
Mais de 100 anos	6	0,0%	0,0%	1
95 a 99 anos	4	0,0%	0,0%	8
90 a 94 anos	10	0,0%	0,0%	32
85 a 89 anos	62	0,0%	0,0%	67
80 a 84 anos	135	0,1%	0,1%	137
75 a 79 anos	280	0,2%	0,2%	275
70 a 74 anos	566	0,4%	0,3%	497
65 a 69 anos	840	0,5%	0,5%	754
60 a 64 anos	1.241	0,8%	0,7%	1.182
55 a 59 anos	1.719	1,1%	1,0%	1.607
50 a 54 anos	2.560	1,6%	1,5%	2.377
45 a 49 anos	3.792	2,4%	2,4%	3.800
40 a 44 anos	5.664	3,6%	3,5%	5.502
35 a 39 anos	6.887	4,3%	4,4%	6.961
30 a 34 anos	7.437	4,7%	4,9%	7.790
25 a 29 anos	7.616	4,8%	5,0%	7.948
20 a 24 anos	7.411	4,6%	4,8%	7.651
15 a 19 anos	7.820	4,9%	5,0%	7.950
10 a 14 anos	8.976	5,6%	5,7%	9.095
5 a 9 anos	8.713	5,5%	5,2%	8.313
0 a 4 anos	7.987	5,0%	4,8%	7.705
79.726		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	72.001

Fonte: IBGE

**Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade 2000**  
**Águas Lindas de Goiás (GO)**

Idade	Quant.	Porcentagem	Porcentagem	Quant.
Mais de 100 anos	17	0,0%	0,0%	12
95 a 99 anos	3	0,0%	0,0%	3
90 a 94 anos	6	0,0%	0,0%	8
85 a 89 anos	32	0,0%	0,0%	31
80 a 84 anos	52	0,0%	0,1%	66
75 a 79 anos	103	0,1%	0,1%	118
70 a 74 anos	235	0,2%	0,2%	190
65 a 69 anos	355	0,3%	0,3%	338
60 a 64 anos	610	0,6%	0,5%	529
55 a 59 anos	828	0,8%	0,7%	776
50 a 54 anos	1.197	1,1%	1,1%	1.133
45 a 49 anos	1.710	1,6%	1,4%	1.478
40 a 44 anos	2.355	2,2%	2,0%	2.101
35 a 39 anos	3.720	3,5%	3,3%	3.532
30 a 34 anos	5.588	5,3%	4,9%	5.223
25 a 29 anos	5.994	5,7%	6,0%	6.298
20 a 24 anos	5.238	5,0%	5,4%	5.738
15 a 19 anos	4.420	4,2%	4,7%	4.982
10 a 14 anos	5.175	4,9%	4,8%	5.061
5 a 9 anos	7.114	6,7%	6,4%	6.776
0 a 4 anos	8.412	8,0%	7,7%	8.189
53.164		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	52.582

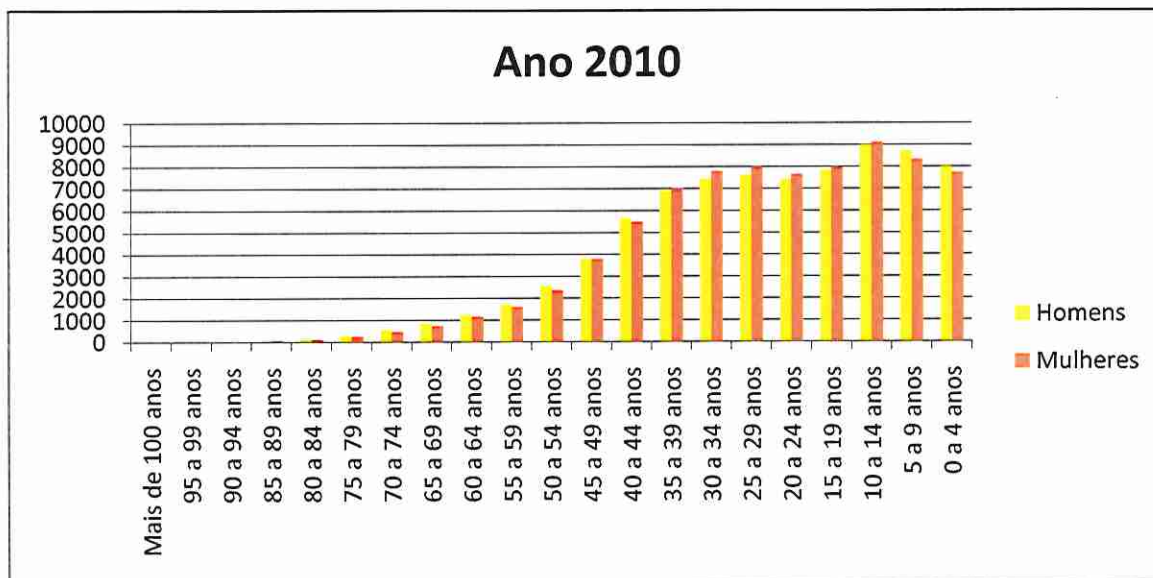
Fonte: IBGE



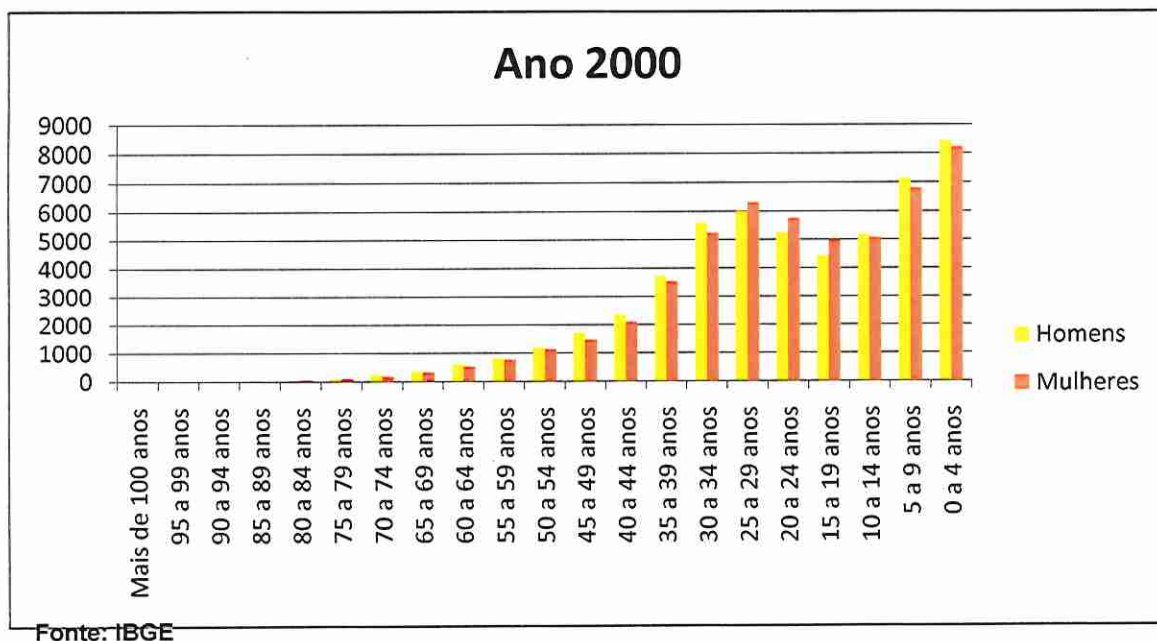
**População por sexo, segundo grupo de idade Diferença em porcentagem de 2000 a 2010**

Gênero	Mais de 100 anos	95 a 99	90 a 94	85 a 89	80 a 84	75 a 79	70 a 74	65 a 69	60 a 64	55 a 59	50 a 54	45 a 49	40 a 44	35 a 39	30 a 34	25 a 29	20 a 24	15 a 19	10 a 14	5 a 9	0 a 4
Homens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,10	0,20	0,20	0,20	0,30	0,50	0,80	1,40	0,80	-0,60	-0,90	-0,40	0,70	0,70	-1,20	3,00
Mulheres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,10	0,20	0,20	0,30	0,40	1,00	1,50	1,10	0,00	-1,00	-0,60	0,30	0,90	-1,20	-2,90

Observa-se que no período de dez anos a população de 0 a 4 anos cresceu 3% para homens e caíram 2,90% para mulheres, de 5 a 9 anos houve uma queda de 1,2% tanto para homens quanto para mulheres na faixa etária de 10 a 14 anos, houve um crescimento de 0,7% para homens e 0,9% para as mulheres, tendo uma queda de 0,4% para homens e 0,6% para mulheres de 20 a 24 anos de idade, a partir de 35 a 39 anos em diante houve crescimentos até 75 a 79 anos de idade, havendo crescimento ou diminuição irrisória acima dessa idade. Com essas análises observa-se que haverá necessidade de mais construções de escolas, principalmente, dos Colégios Estaduais, pois a faixa etária de 10 a 19 anos demonstrou um crescimento muito significativo.



Fonte: IBGE



Com base nesse aumento populacional a preocupação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,72 e o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) com 0,61 de acordo, respectivamente, com o PNUD de 2000 e o UNICEF de 2004. É uma realidade que precisa ser observada para posteriores planejamentos.

## 2.5 - Aspectos Sócios Econômico do município

- ✓ Indústria e comércio;
- ✓ Agricultura;
- ✓ Pecuária;
- ✓ Aquicultura;
- ✓ Extrativismo;
- ✓ Distribuição de eletricidade, água e gás;
- ✓ Postos de combustíveis;

- ✓ Oficinas de veículos automotores;
- ✓ Transportes coletivos públicos e particulares;
- ✓ Instituições privadas nas áreas de Saúde e Educação;
- ✓ Agências bancárias;
- ✓ Imobiliárias diversas;
- ✓ Órgãos públicos: municipal, estadual e federal.

## 2.6 - Indicadores sócios econômicos

PIB municipal (2012) R\$901.351,52

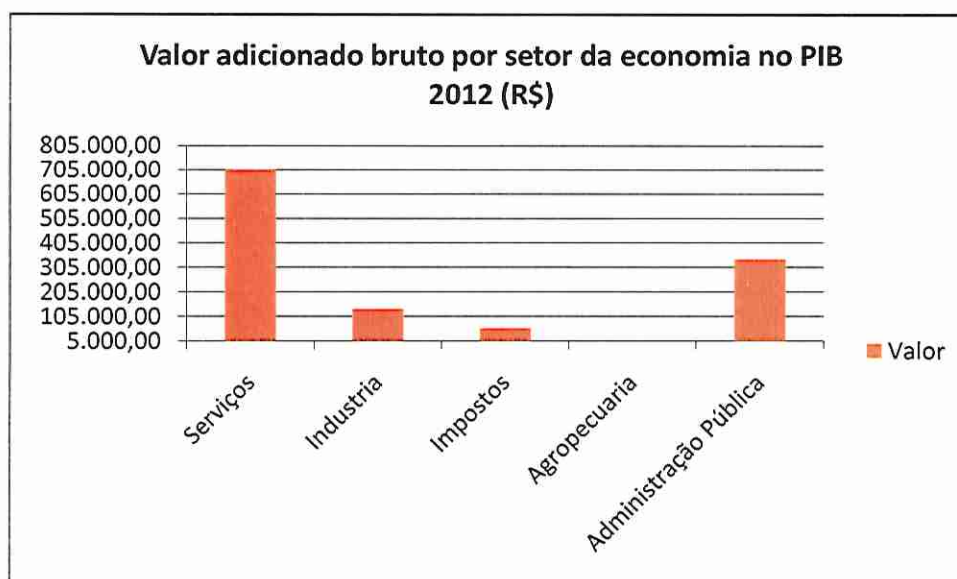
Composição do PIB (2012)

Valor adicionado bruto da agropecuária: R\$ 3.429,38

Valor adicionado bruto da indústria: R\$ 136.890,27

Valor adicionado bruto dos serviços: R\$ 703.416,65

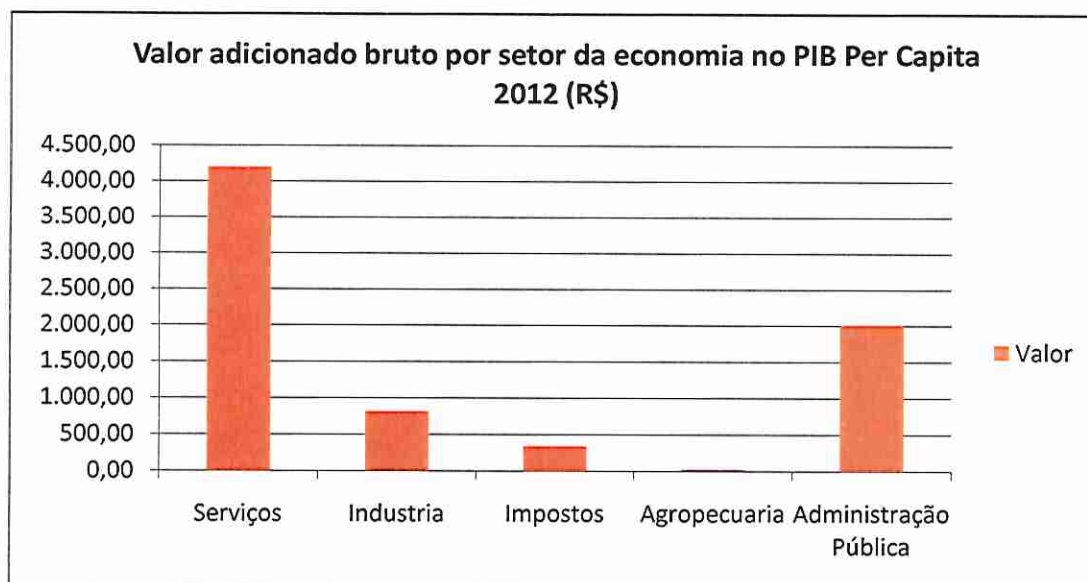
Valor adicionado bruto Administração Pública: 336.202,21



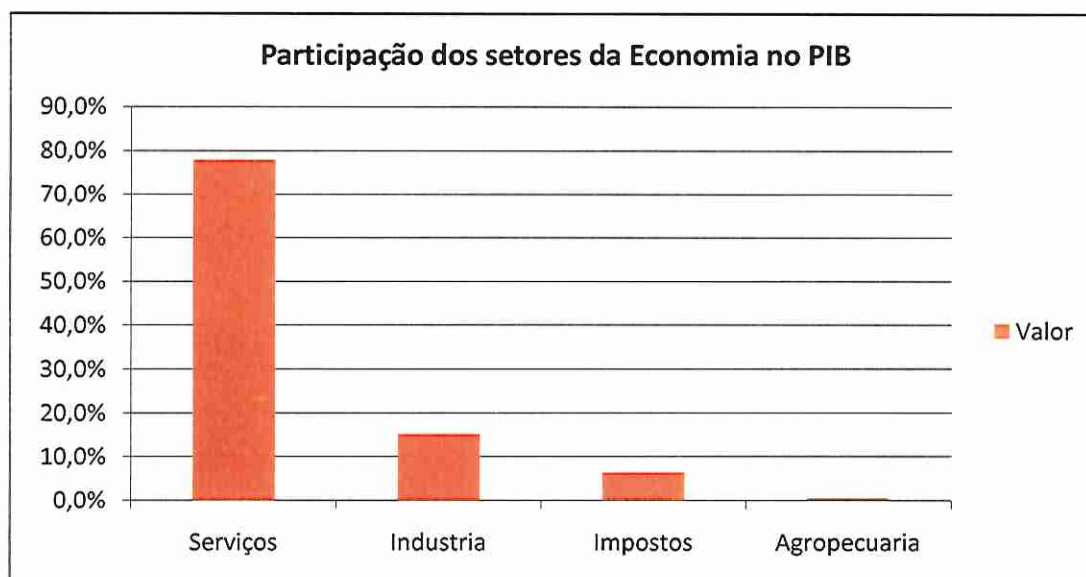
Observa-se que o valor per capita do PIB no município de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui pouca variação



quanto ao valor adicionado bruto de cada área dos setores da economia. Com valores de R\$ 4.200,08 em serviços, R\$ 817,37 em indústria, R\$ 344,02 em impostos, R\$ 20,48 em agropecuária e R\$ 2.007,45 em administração pública.

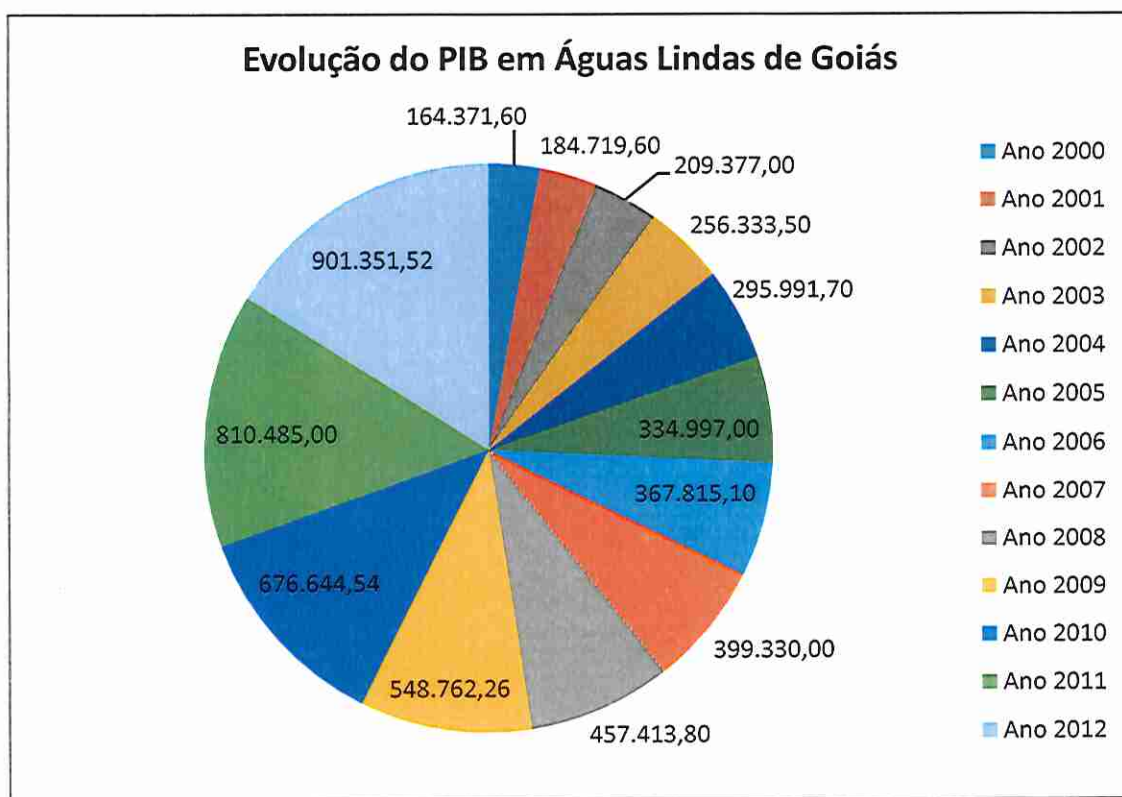


Quanto a participação dos setores da economia no PIB, como demonstrado no gráfico abaixo temos 78% em serviços, 15,2% na indústria, 6,40% em impostos e 0,40% na agropecuária.



Levando-se em consideração o Ranking municipal do PIB no ano de 2012, Águas Lindas de Goiás é o 554º (quingentésimo quinquagésimo quarto)

a nível nacional; é o 21º (vigésimo primeiro) a nível estadual. Nota-se que o município não está em situação ruim, por ter apenas 20 anos de existência, a partir da emancipação. Quando se trata de Ranking per capita esse índice é muito baixo, sendo o 4.551º (quatro milésimos quingentésimo quinquagésimo primeiro) a nível nacional é o 246º (ducentésimo quadragésimo sexto) em nível estadual de acordo com o IBEG. Percebe-se que a renda per capita do município precisa melhorar para que se possa obter um desenvolvimento económico promissor.



Como mostra o gráfico acima o aumento anual do PIB é um fator relevante, pois teve um aumento de 81,77% em um período de doze anos.

Tem sido de grande importância para a economia do município os benefícios resultantes de programas sociais e governamentais como: Renda Cidadã, PETI, Agente Jovem, Idosos, Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Família.

Os programas de assistência social são considerados muito importantes, pois, além de impulsionar o município, oferecem também alguns cursos de

iniciação profissional com orientações sobre o mercado de trabalho e empreendedorismo, buscando a inclusão da comunidade no mundo do trabalho:

- ✓ Manicura / pedicura
- ✓ Cabeleireiro
- ✓ Informática
- ✓ Corte costura
- ✓ Pintura (tecido, quadros e cerâmica)
- ✓ Artesanato diversificado
- ✓ Fabricação de vassouras, velas, sabão e outros

Além do trabalho informal, a geração de emprego foi incrementada pelo advento de muitas empresas de grande, médio e pequeno porte que acreditaram e se instalaram no município, gerando ofertas de empregos, além de outros órgãos governamentais e não governamentais. É considerável o grande avanço do desenvolvimento nas áreas sociais como: associações comunitárias, ONGs, OSCIP's, Creches Comunitárias, Escolas Particulares, Asilos, Casas de Recuperação, associações de moradores e Clubes de serviços, tais como: Lions Clube, Rotary Clube e Maçonaria e outros.

## **2.7 - Evolução e Gestão Do Município**

- ✓ 1980 a 1984 – 1ª fase: Povoado por pioneiros e donos de fazendas e chácaras;
- ✓ 1985 a 1995 – 2ª fase: plebiscito e criação da Lei Estadual n.º 12.997 de 27 de dezembro de 1995 que emancipa o Município de Águas Lindas de Goiás.
- ✓ 1996 – 3ª fase: ocorreu em 03 de outubro de 1996 a primeira eleição para prefeito e vereadores do município;
- ✓ 1997 a 2000 – 4ª fase- 1ª gestão: Ordalino Garcia de Melo;



- ✓ 2001 a 2002 – 5ª fase- 2ª gestão: José Zito Gonçalves de Siqueira;
- ✓ 2003 – Intervenção Municipal: Cesar Gomes
- ✓ 2004 – gestão: José Pereira Soares;
- ✓ 2005 a 2008 – 6ª fase – 3ª gestão: José Pereira Soares;
- ✓ 2009 a 2012 – 7ª fase – 4ª gestão: Geraldo Messias Queiroz.
- ✓ 2013 a 2016 – 8ª fase – 5ª gestão: Osmarildo Alves de Sousa

### **3 - DIAGNÓSTICO DOS ASPECTOS EDUCACIONAIS**

A Educação conta hoje com uma Secretaria Municipal de Educação, criada pela Lei Municipal número 001/97. Em 2006 foi aprovada a Lei Municipal n.º 530/2006, a qual institui o Sistema Municipal de Educação que amparou a Criação do Conselho Municipal de Educação com a Lei n.º 531/2006.

O Sistema Municipal de Educação atende aproximadamente 20.600 alunos em 43 (quarenta e três) Escolas Municipais, com 02(dois) anexos, 02 Creches Municipais e três Creches parceiras da educação. O Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, é de responsabilidade do Estado de Goiás, possui 17 (dezessete) Colégios Estaduais, tendo como gestora a Subsecretaria Estadual de Educação situada nesse município, as quais atendem o Ensino Fundamental II, o 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Médio regular e Ensino Médio da EJA, sendo que 03(três) destes colégios funcionam nos Turnos Vespertino e Noturno em espaços físicos das Escolas Municipais. A Educação Básica municipal, nos seus diversos níveis, bem como os Projetos e Programas Educacionais, Educação Profissional e Educação Superior serão apresentados na construção do referido Plano.

Para que se possa ter uma educação de qualidade, o município tem como base os resultados do IDEB, dessa forma a tabela abaixo demonstra os resultados atingidos de acordo com as metas estipuladas pelo Ministério da Educação:

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas Lindas de Goiás	2,9	3,7	3,7	4,4	4,4	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2

Escolas Municipais	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E.M. Acelina Alves de Araújo		3,6	3,1	4,9	4,7		3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
E.M. Ana Lúcia Oliveira da Silva			3,6	4,2	4,6			3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Antonio Cícero de Araújo				3,9	3,8				4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
E.M. Antonio Luiz Gonzaga			3,8	5,0	4,0			4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Darci Ribeiro	3,0	3,4	3,3	4,0	4,2	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Emília Ferreira de Souza	2,4	3,6	4,1	4,6	4,2	2,6	3,2	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
E.M. Fernando Cunha Junior					4,5					4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Geracina Pereira da Silva		4,7	4,0	4,6	4,4		4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
E.M. Inácio Carneiro da Costa				4,3	4,5				4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
E.M. Jardim América	2,6	3,8	3,9	4,7	4,4	2,6	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
E.M. Jardim da Barragem V	2,1	3,7	3,5	4,3	4,1	2,2	2,8	3,3	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8
E.M. Jardim das Oliveiras			4,0	4,3	***			4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7
E.M. Jardim Guaira	2,5	3,5	3,5	4,3	4,6	2,7	3,3	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Jardim Pérola I	2,5	3,2	2,7	4,1	4,2	2,6	3,1	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,1
E.M. Jardim Perola II	3,2	3,8	3,5	5,2	5,6	3,2	3,6	4	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Jardim Querência	2,6	3,0	3,7	4,0	4,7	2,7	3,1	3,6	3,9	4,1	4,4	4,8	5,1
E.M. João Elizio Lima Pessoa	3	3,7	3,3	3,9	4,9	3	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. José Vitorino de Souza	3,3	3,5	3,7	4,1	4,0	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
E.M. Juliana Eloy da Silva				4,8	4,9				5,1	5,4	5,7	5,9	6,2
E.M. Kennedy	3,1	4,3	3,8	4,7	4,5	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Luiza Tereza				5,1	4,5				5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
E.M. Mansões Coimbra	3,0	4,0	4,0	5,2	4,0	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Mansões Olinda	3,2	4,1	4,4	4,9	5,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Maria José Costa Lima					4,5					4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. MedGuão	3,5	3,2	3,2	4,1	5,1	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
E.M. Meg Luz	3,4	3,9	4,1	5,1	4,0	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
E. M. Orlando Soares de Sousa		3,3	3,6	3,3	4,4		3,5	3,9	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
E.M. Prof.ª Ednalda Guedes de Souza	3,3	4,0	4,1	4,2	4,1	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Prof.ª Érika Flavia V. de Souza	2,5	3,7	3,3	4,7	4,2	2,7	3,3	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Roberto Alves da Silva		4,0	3,3	4,3	4,0		4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9
E.M. Rui Barbosa	3,2	4,1	3,8	4,3	4,4	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
E.M. Santa Lúcia	2,2	3,2	3,8	4,1	4,5	2,4	3,0	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
E.M. São Bartolomeu	3,8	3,7	4,3	4,8	4,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0
E.M. Senador Emival Ramos Caiado				4,8	4,7				5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
E.M. Vereador Érico de Souza Ferreira	3,3	4,0	3,9	4,1	4,2	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5
E.M. Vicente de Paula Lisboa	1,1	3,6	3,4	4,2	4,1	1,5	2,7	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
E.M. Zélia Correa Cotrim				3,8	4,6				4,0	4,3	4,6	4,9	5,2

Fonte: Ministério da Educação

O quantitativo de escolas como pode ser visto nos quadros abaixo teve um crescimento considerável para o atendimento de aproximadamente 20.600 alunos nos dias atuais levando em consideração esse crescimento, o qual não



apresenta os anexos de algumas escolas que possuem um número de alunos além do que comporta a sede escolar, e nesses casos é preciso alugar prédios para o atendimento obrigatório do Ensino Fundamental.

**Número de escolas por nível de ensino: Municipal**

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental Séries Iniciais		
	Urbana	Rural	total	Urbana	Rural	total
2007	25	4	29	29	4	33
2008	27	3	30	30	3	33
2009	29	3	32	30	3	33
2010	33	3	36	35	3	38
2011	34	3	37	36	3	39
2012	34	3	37	37	3	40
2013	32	3	35	38	3	41
2014	33	4	37	39	4	43

**Número de escolas por nível de ensino: Estadual**

Ano	Ensino Médio			Ensino Fundamental Séries Finais		
	Urbana	Rural	total	Urbana	Rural	total
2007	17	0	17	17	0	17
2008	17	0	17	17	0	17
2009	17	0	17	17	0	17
2010	17	0	17	17	0	17
2011	17	0	17	17	0	17
2012	17	0	17	17	0	17
2013	17	0	17	17	0	17
2014	17	0	17	17	0	17

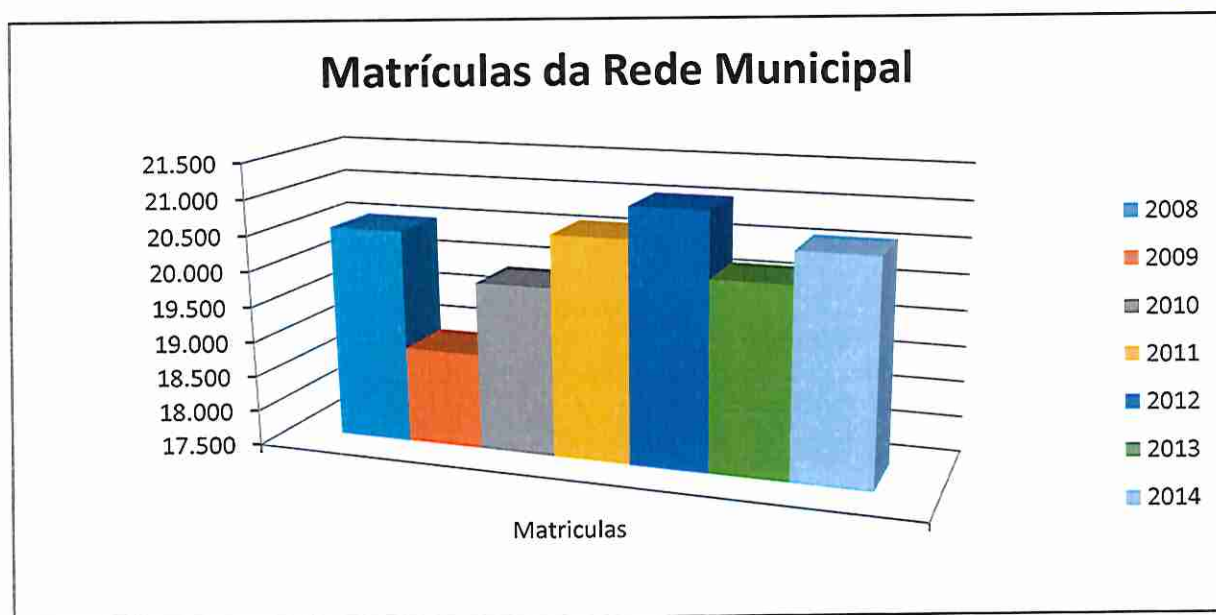
Fonte: Ministério da Educação

Com uma análise do quantitativo de escolas e de matrículas percebe-se que a média de alunos por escolas é razoável tendo aproximadamente 458 alunos por escola. No entanto, no município não se tem um padrão de escolas construídas, as quais as salas de aula são de tamanhos, muitas vezes, desproporcionais ao quantitativo de alunos, enquanto que em algumas escolas pode-se receber 35 alunos por sala, em outras, apenas 17 alunos no total.

### 3.1 - NÚMERO DE MATRICULA INICIAL REDE MUNICIPAL ÁGUAS LINDAS

Nível / Modalidade	Etapa /série/ ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	Creche	114	148	275	179	277	197	176
	Pré Escola	3.474	2.808	3.415	3.718	3.666	3.381	3.916
Ensino Fundamental	1º ao 5º ano	15.483	14.802	15.102	15.245	15.628	15.359	16.067
Educação de Jovens e Adultos - EJA (EF) 1º Segmento	1º ao 5º Ano	1.280	1.008	806	948	868	581	362
Educação Especial (deficiências)	Creche	-	-	1	1	1	-	-
	Pré Escola	12	4	16	21	32	27	34
	1º ao 5º Ano	152	91	251	482	559	593	651
	EJA	3	1	7	10	12	11	16
<b>Total Geral</b>		<b>20.518</b>	<b>18.862</b>	<b>19.873</b>	<b>20.604</b>	<b>21.043</b>	<b>20.149</b>	<b>20.592</b>

Fonte: Educa Censo – Departamento Censo escolar da SME



### 3.2 - NÚMERO DE MATRICULA INICIAL REDE MUNICIPAL ÁGUAS LINDAS

Nível	Etapa /série/ ano	Correção de Fluxo				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	1º ao 5º ano	351	280	332	360	253

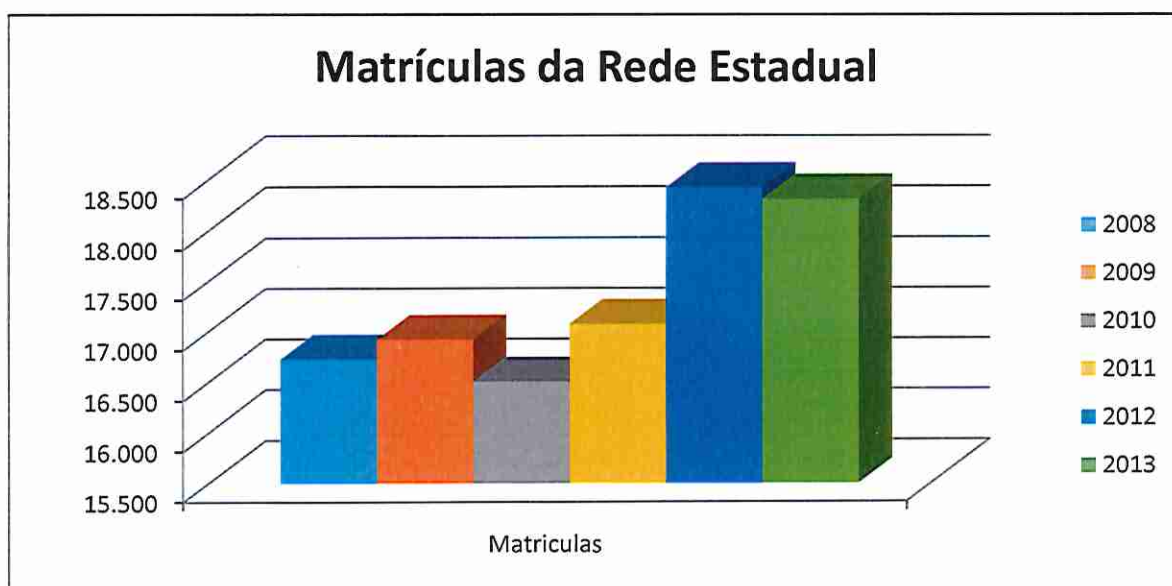
Nas escolas estaduais a realidade é outra, sendo mais preocupante devido ao quantitativo de escolas serem inferior ao número de matrículas necessário para atender com qualidade os alunos da rede estadual, tendo como média de 1077 alunos por escola. Nesse ano de 2015 está sendo construídas quatro escolas estaduais com capacidade para 1900 alunos cada uma, isso irá melhorar a qualidade do ensino diminuindo o número de alunos por sala de aula. Uma dessas escolas construídas estará proporcionando a devolução de uma das escolas municipais que funciona em parceria com o Estado, a qual divide turnos.

### 3.3 - NÚMERO DE MATRICULA INICIAL REDE ESTADUAL ÁGUAS LINDAS

Nível / Modalidade	Etapa /série/ ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	6º ao 9º ano	11.288	10.891	10.688	11.363	12.174	11.850
Educação de Jovens e Adultos - EJA (EF) 2º Segmento	6º ao 9º Ano	-	462	426	270	255	244
Ensino Médio	1º ao 3º Ano	5.438	5.432	5.235	5.328	5.874	6.140
Educação de Jovens e Adultos - EJA (EM)	1º ao 3º Ano	-	137	156	112	114	70
Total Geral		16.726	16.922	16.505	17.073	18.417	18.304

Fonte: Educa Censo – Ministério da Educação





Assim de acordo com o gráfico podemos perceber que existe uma variante progressiva e regressiva durante os anos nas matrículas da rede estadual, em que no ano de 2008 as matrículas eram de aproximadamente de 16.726, e no ano de 2009 as matrículas passaram a ser de 16.922, tendo uma queda no ano de 2010 para 16.505, no ano de 2011 volta a crescer com um montante de 17.073, e em 2012 com um crescimento considerável de 18.417, e volta a cair no ano de 2013 para 18.304. É possível que essa variação de matrículas se deve ao número de abandono no ano de 2010 a qual demonstrou uma taxa muito elevada chegando a uma média do Ensino Fundamental e Ensino Médio de 15,9%, além da diminuição do número populacional dos habitantes de 10 a 14 anos, como visto no item 2.4 Aspectos populacional.

As taxas de rendimento na rede municipal demonstram que houve uma queda na reprovação no 2º ano, tendo uma variação nas outras séries, mas com grande diferença no quinto ano, mantendo a taxa de reprovação em uma variável. Na taxa de aprovação verifica-se um crescimento em todas as séries/ano. A taxa de abandono também vem demonstrando uma queda considerável, tanto na área rural quanto urbana.

**Taxas de Rendimento (%) - Rede Municipal em Águas Lindas de Goiás**

Série / Ano	Ano	Taxa aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	70.20	79.40	24.60	20.60	5.20	0.00
	2009	72.90	91.40	23.10	8.60	4.00	0.00
	2010	73.50	87.10	23.00	11.30	3.50	1.60
	2011	94.20	98.10	3.50	0.00	2.20	1.90
	2012	92.50	93.30	4.60	5.00	2.90	1.70
2ª série / 3º ano do EF	2008	77.80	75.00	18.30	25.00	3.90	0.00
	2009	79.70	93.30	17.20	6.70	3.10	0.00
	2010	79.30	88.00	17.40	8.00	3.30	4.00
	2011	82.80	83.30	14.30	9.30	2.90	7.40
	2012	75.70	69.80	21.30	28.30	3.00	1.90
3ª série / 4º ano do EF	2008	80.10	72.10	15.90	25.60	4.00	2.30
	2009	83.90	88.10	13.40	11.90	2.70	0.00
	2010	82.60	75.40	14.70	21.70	2.70	2.90
	2011	86.50	90.20	10.80	8.20	2.70	1.60
	2012	84.70	77.60	11.80	20.40	3.50	2.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	87.20	100.00	9.00	0.00	3.80	0.00
	2009	88.50	100.00	8.10	0.00	3.40	0.00
	2010	88.50	90.00	7.80	3.30	3.40	6.70
	2011	90.20	86.80	6.50	7.90	3.30	5.30
	2012	88.40	88.10	8.00	10.20	3.70	1.70

Fonte: Inep Censo Escolar

Na rede estadual as taxas de rendimento também demonstram algumas variações (Quadro abaixo), com exceção do ano de 2008 e 2010 a qual a taxa de abandono em todas as séries e ano foi alta. Houve uma variação nas taxas de aprovação e reprovação em todas as séries/ano. Isso talvez se explique devido ao fluxo de pessoas muito alto na cidade, e é nessa fase que a maioria entra para o mercado de trabalho e deixam de estudar, retornando nos próximos anos. Percebe-se que as taxas de aprovação nos anos de 2011 e 2012 houve uma elevação considerável no Ensino Médio no 2º e 3º ano. No 1º houve uma queda de 2011 para 2012, no Ensino Fundamental manteve-se uma média de 75% de aprovação, índice considerável, as taxas de reprovação



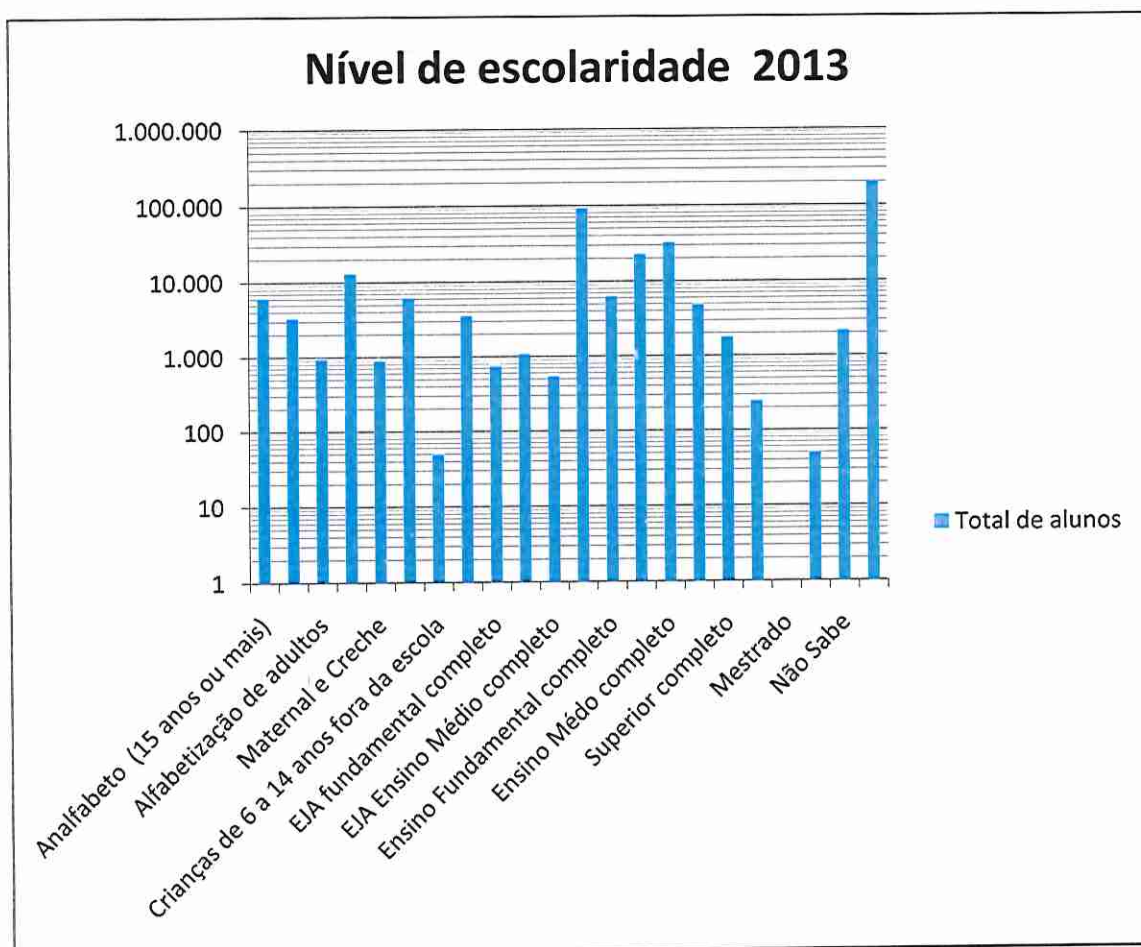
caíram nos anos de 2011 e 2012 no Ensino Médio, mantendo-se com variação no Ensino Fundamental.

**Taxas de Rendimento (%) - Rede Estadual em Águas Lindas de Goiás**

Série / Ano	Ano	Taxa aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
5ª série / 6º ano do EF	2008	61.4		22.10		16.50	
	2009	67.10		22.90		10.00	
	2010	58.60		27.40		14.00	
	2011	68.00		24.80		7.20	
	2012	72.70		16.4		10.90	
6ª série / 7º ano do EF	2008	64.00		19.50		16.50	
	2009	67.50		55.20		10.30	
	2010	66.50		18.90		14.60	
	2011	70.90		21.20		7.90	
	2012	78.30		10.80		11.00	
7ª série / 8º ano do EF	2008	68.90		12.10		19.00	
	2009	71.20		16.30		12.50	
	2010	69.40		15.70		14.90	
	2011	78.70		13.50		7.80	
	2012	76.80		10.00		13.20	
8ª série / 9º ano do EF	2008	72.60		10.30		17.10	
	2009	72.80		16.60		10.60	
	2010	70.40		13.80		15.80	
	2011	79.70		12.00		8.30	
	2012	81.80		8.40		9.80	
1º ano do EM	2008	63.10		12.60		24.30	
	2009	66.00		17.40		16.60	
	2010	59.90		18.90		21.20	
	2011	72.70		16.10		11.20	
	2012	69.90		12.50		17.60	
2º ano do EM	2008	72.80		7.40		19.80	
	2009	72.50		11.90		15.60	
	2010	68.40		12.30		19.30	
	2011	74.50		12.50		16.10	
	2012	74.70		8.60		16.70	
3º ano do EM	2008	78.30		4.30		17.40	
	2009	80.70		7.00		12.30	
	2010	78.10		9.80		12.10	
	2011	83.80		7.30		8.90	
	2012	82.90		4.70		12.40	

Fonte: Ministério da Educação - Inep Censo Escolar





Fonte: Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD

De acordo com o que demonstra os gráficos acima o número de analfabetos no município apresenta uma porcentagem de 3% em relação ao total apresentado. No entanto, a porcentagem da população com Ensino Fundamental incompleto é de 46% demonstrando que há a necessidade de ampliação da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos para esse nível de ensino.

#### 4 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO

O **Plano Municipal de Educação** vem direcionar a autonomia constitucional, onde as entidades estaduais, municipais e particulares têm competência para organizar e manter seus servidores, criando extinguindo

cargos, funções e empregos, instituindo carreiras e classes, estabelecendo a remuneração, delimitando deveres e direitos e fixando regras disciplinares.

As disposições legais devem obedecer à Constituição Federal de 1988 e posteriores emendas, como normas gerais relativas à eficiência, impessoalidade, moralidade, equidade e publicidade na formulação de políticas públicas de recursos humanos.

Os preceitos reguladores para uma política de formação inicial e continuada e valorização dos profissionais da educação devem observar obrigatoriamente todas as **disposições legais vigentes**, dentre as quais destacamos:

- ✓ Constituição Federal – 1998;
- ✓ Lei Federal n.º 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação - PNE
- ✓ Constituição Estadual - 1989;
- ✓ Lei Orgânica do Município – 1997;
- ✓ Lei 9.394/96 – Diretrizes e Base da Educação Nacional;
- ✓ Lei Complementar nº 26 de 1998 – Diretrizes e Base da Educação - GO;
- ✓ Lei n.º 11.494/2007 – FUNDEB;
- ✓ Lei n.º 11.738/2008 – Piso Salarial nacional;
- ✓ Lei Municipal 383/2003: (Plano de Carreira do Servidor Público);
- ✓ Lei Municipal 384/2003: (Plano de Carreira do Magistério Público);
- ✓ Lei Municipal 385/2003: (Estatuto do Servidor Público);
- ✓ Lei Municipal 386/2003: (Estatuto do Magistério Público);
- ✓ Lei de Regência: 677/2009;
- ✓ Lei de Coordenação: 675/2009;
- ✓ Lei Municipal 460/2005: Altera a carga horária dos professores;
- ✓ Lei Municipal 659/2009 – Reformula a Estrutura Administrativa do Município;
- ✓ Lei Municipal 955/2011 – amplia a Licença Maternidade para 180 dias.
- ✓ Lei Municipal 1048/2014 – Institui as atividades Extraclasse para os professores.
- ✓ Lei Municipal 1072/2014 – Institui o Estágio Remunerado

Atualmente a Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação é assim composta: Secretário Municipal de Educação, Secretário Adjunto Municipal de Educação, Assessor Pedagógico, Diretorias, Departamentos e Setores, com cargos efetivos, comissionados e contratados previstos em Leis específicas.

#### 4.1 - Funções Docentes por Modalidade e Etapa: Rede Municipal

Anos Iniciais: Ensino Fundamental

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	146	164	5	224	0	393
2008	139	151	22	316	0	489
2009	135	136	49	325	1	511
2010	148	160	33	268	0	461
2011	193	193	42	259	0	494
2012	476	476	3	38	0	517
2013	344	28	372	52	69	493

Creche

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	0	0	0	0	0	0
2008	1	1	6	8	0	15
2009	0	0	12	4	0	16
2010	0	0	2	4	0	6
2011	1	1	6	5	2	14
2012	7	7	6	0	0	13
2013	2	0	2	1	0	0

Fonte: IBGE – Legenda: C/LIC - Com Licenciatura; C/Gr - Com Graduação; C/EM - Com Ensino Médio; C/NM - Com Normal Médio; S/EM - Sem Ensino Médio.

Pré-Escola

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	22	25	3	51	3	82
2008	20	21	19	89	1	130
2009	15	16	23	73		112
2010	23	24	8	69	1	102
2011	45	45	33	72	1	151
2012	116	16	4	15	1	136
2013	77	2	79	20	22	119



**Anos Iniciais: EJA Ensino Fundamental**

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	10	14	0	31	1	46
2008	14	15	5	35	0	55
2009	20	21	6	37	0	64
2010	18	18	3	21	0	42
2011	21	21	3	26	0	51
2012	43	43	0	3	0	46
2013	21	0	21	3	2	26

Fonte: IBGE – Legenda: C/LIC - Com Licenciatura; C/Gr - Com Graduação; C/EM - Com Ensino Médio; C/NM - Com Normal Médio; S/EM - Sem Ensino Médio.

## 4.2 - Funções Docentes por Modalidade e Etapa: Rede Estadual

**Anos Finais: Ensino Fundamental**

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	0	0	0	0	0	0
2008	294	301	78	55	1	435
2009	288	297	84	40	1	422
2010	288	294	62	13	0	369
2011	347	347	15	4	0	366
2012	333	333	25	7	0	365
2013	290	24	314	59	7	380

**Anos Finais: Ensino Fundamental EJA Presencial**

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007						
2008	22	24	12	5	0	41
2009	17	20	15	4	0	39
2010	26	27	8	1	0	33
2011	36	36	0	2	0	38
2012	18	18	1	1	0	20
2013	21	2	23	3	1	35

Fonte: IBGE – Legenda: C/LIC - Com Licenciatura; C/Gr - Com Graduação; C/EM - Com Ensino Médio; C/NM - Com Normal Médio; S/EM - Sem Ensino Médio.

**Ensino Médio**

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007						
2008	226	233	61	23	2	319
2009	238	243	60	13	2	318
2010	244	249	51	12	0	312
2011	284	284	8	4	0	296
2012	269	269	22	6	0	297
2013	245	22	267	47	4	314

**Ensino Médio EJA Presencial**

	C/Lic.	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	24	24	1	0	0	25
2012	8	8	1	0	0	9
2013	0	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE – Legenda: C/LIC - Com Licenciatura; C/Gr - Com Graduação; C/EM - Com Ensino Médio; C/NM - Com Normal Médio; S/EM - Sem Ensino Médio.

O **quadro de professores** é composto por 1.105 professores. Todos os professores efetivos que atendem os pré-requisitos e está sendo consideradas as vantagens previstas no Plano de Carreira e no Estatuto do Magistério Público, como Progressão Vertical (formação superior), Progressão Horizontal (tempo de serviço e avaliação de desempenho), Titularidade (cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação) e outros benefícios de acordo com a função como as gratificações de Diretor Escolar, Regência de Classe, Coordenação, Zona Rural, Ensino Especial e funções comissionadas. Atualmente o salário inicial de um professor é: **Nível I – 40h R\$ 1.697,43; Nível II – 40h R\$ 2.340,06**; os professores contratos recebem de acordo com **Nível I: 40h R\$ 1.697,43, todos os professores em regência recebem a Gratificação de Regência de Classe.**



**Tabela de Salário: Magistério Público Municipal**

Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
I-20	885,23	902,93	920,99	939,41	958,20	977,37	996,91	1.016,85	1.037,19	1.057,93	1.079,09	1.100,67	1.122,69	1.145,14	1.168,04
II-20	1.170,01	1.193,41	1.217,28	1.241,62	1.266,46	1.291,79	1.317,62	1.343,97	1.370,85	1.398,27	1.426,24	1.454,76	1.483,66	1.513,53	1.543,80
I-40	1.697,43	1.731,38	1.766,01	1.801,33	1.837,35	1.874,10	1.911,58	1.949,81	1.988,81	2.028,59	2.069,16	2.110,54	2.152,75	2.195,81	2.239,72
II-40	2.340,06	2.386,86	2.434,60	2.483,29	2.532,96	2.583,62	2.635,29	2.687,99	2.741,75	2.796,59	2.852,52	2.909,57	2.967,76	3.027,12	3.087,66

A tabela de salário demonstra que o salário base dos professores(as) está acima do piso salarial para os professores(as) que possuem Licenciatura os quais recebem como nível II – 40 horas. Para os professores que, possuem o magistério nível médio esse valor aproxima-se do piso salarial e estão sendo incentivados a realizarem cursos de qualificação e habilitação para que possam obter progressão vertical. A tabela também demonstra a progressão horizontal que acontece a cada dois anos com a gratificação de 2%, com avaliação profissional como critério de progressão. O Nível I corresponde a professores(as) com magistério ensino médio, o Nível II corresponde a professores(as) que possuem curso superior em Pedagogia ou Normal Superior. Recebem ajuda de transporte 335 professores(as) e 315 trabalhadores(as) da Educação.

Para a progressão vertical os professores(as) apresentam diploma de conclusão de nível superior e certificados de pós graduação com no mínimo de 540 horas/aula, além de cursos de capacitação e qualificação que dá direito a 15% no salário base, isso com somatório de carga horária de cursos na área da educação até 360 horas/aula.

Atualmente os professores(as) atuam com uma turma na regência, e possui horário para coordenação, planejamento, correção de provas, preenchimentos de relatórios entre outras atividades educacionais no contra turno. Isso devido à aprovação da Lei municipal 1048/2014 que aprova 1/3 (um terço) para atividades extraclasse, os mesmos recebem por 40 (horas). Ou seja, 25 (vinte e cinco) horas em sala de aula e 15 (quinze) horas para atividades extraclasse.



O quadro abaixo apresenta o quantitativo de profissionais que atuam na educação com as devidas exigências para assumirem os cargos em pauta.

#### 4.3 - Quadro de função com quantitativo e formação inicial no município

Função	Quantitativo da rede municipal	Formação inicial	EF/CT/CC
Diretor Escolar	45	Pedagogia	44EF / 1CC
Coordenador pedagógico	114	Pedagogia	114 EF
Professor Educação Infantil	120	Pedagogia	47EF / 73CT
Professor Ensino Fundamental	604	Pedagogia	524 EF / 80 CT
Chefes de Departamentos	24		11 EF 13 CC
Diretorias da SME	6		02 EF 04 CC
Nutricionistas	05	Nutrição	05 EF
Psicóloga	03	Psicologia	03 EF
Fonoaudiólogo	03	Fonoaudiologia	03 EF
Assistente Social	03	Assistência Social	02 EF
Pedreiros	02	Fundamental	01 EF 01 CT
Pintor	03	Fundamental	03 EF
Eletricista	01	Fundamental	01 EF
Secretaria escolar	48	Ensino Médio	41 EF / 07 CC
Auxiliar de Secretaria	41	Ensino Médio	36 EF / 05 CT
Monitores	84	Ensino Médio	66 EF / 08 CT
Higiene e Alimentação	336	Fundamental	336 EF
Vigias	271	Fundamental	229 EF / 42 CT
Motoristas	15	Fundamental	10 EF / 05 CT
Serviços Operacionais	70	Fundamental	70 EF
Serviços Gerais	69	Fundamental	2 EF / 67 CT
Administrativo	11	Ensino Médio	11 EF
Fonte: Departamento de RH da Secretaria Municipal de Educação			

Legenda: EF-Efetivo CT-Contratos

## 5 - PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

### 5.1 - Educação Integral:

O programa Educação Integral (Mais Educação) criado pela Portaria Interministerial de nº 17/07 e pelo Decreto de nº 7083/10, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos como: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica.

O Programa integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia para ampliar a jornada escolar do aluno e a organização curricular, na perspectiva da Educação integral. A Educação Integral está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendida em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/90); na Lei de Diretrizes e Bases (LDB-9394/96) e na Lei 1494/07 que institui o Fundo Nacional de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de valorização do Magistério (Lei do FUNDEB).

A Rede Pública de Ensino de Águas Lindas de Goiás possui 31 escolas com alunos do 4º e 5º anos funcionando em período integral. Atende 5118 alunos que permanecem 07 horas diárias na Escola recebendo três refeições, reforço escolar e kits para a realização de oficinas como: letramento, futebol, voleibol, xadrez tradicional, fanfarra, capoeira, hip hop, rádio escolar, cine clube, teatro, canto, horta comunitária e educação ambiental.

Escolas Municipais atendidas com a Educação Integral:

- ✓ 1 - Escola Municipal Acelina Alves de Araújo;
- ✓ 2 - Escola Municipal Ana Lúcia Oliveira da Silva;
- ✓ 3 - Escola Municipal Antônio Luiz Gonzaga;
- ✓ 4 - Escola Municipal Camargo II;
- ✓ 5 - Escola Municipal Darcy Ribeiro;
- ✓ 6 - Escola Municipal Ednalda Guedes de Souza;
- ✓ 7 - Escola Municipal Emília Ferreira de Sousa;
- ✓ 8 - Escola Municipal Fernando Cunha;

- ✓ 9 - Escola Municipal Itamaracá;
- ✓ 10 - Escola Municipal Jardim das Oliveiras;
- ✓ 11 - Escola Municipal Jardim Guaíra;
- ✓ 12 - Escola Municipal Jardim Perola II;
- ✓ 13 - Escola Municipal Jardim Perola I;
- ✓ 14 - Escola Municipal Jardim Querência;
- ✓ 15 - Escola Municipal José Vitorino;
- ✓ 16 - Escola Municipal João Elísio Lima Pessoa;
- ✓ 17 - Escola Municipal Luíza Tereza;
- ✓ 18 - Escola Municipal Mansões Coimbra;
- ✓ 19 - Escola Municipal Mansões Olinda (Nilson Periquito de Lima);
- ✓ 20 - Escola Municipal MED-GUÃO;
- ✓ 21 - Escola Municipal Meg Luz;
- ✓ 22 - Escola Municipal Orlando Soares de Sousa;
- ✓ 23 - Escola Municipal Padre Lúcio;
- ✓ 24 - Escola Municipal Roberto Alves da Silva;
- ✓ 25 - Escola Municipal Rui Barbosa;
- ✓ 26 - Escola Municipal Santa Lúcia;
- ✓ 27 - Escola Municipal São Bartolomeu;
- ✓ 28 - Escola Municipal Senador Emival Ramos Caiado;
- ✓ 29 - Escola Municipal Vereador Erico de Sousa Ferreira;
- ✓ 30 - Escola Municipal Vicente de Paula Lima Lisboa;
- ✓ 31 - Escola Municipal Zélia Correa Cotrim;

## **5.2 – Escola Aberta**

O Programa Escola Aberta, proposto pelo compromisso “Todos pela Educação” criado a partir de um acordo de cooperação-técnica com o Ministério da Educação e da UNESCO, incentiva e apoia a abertura nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades culturais, esportivas, de formação inicial para o



trabalho e geração de rendas oferecidas aos estudantes e a população do entorno.

No município de Águas Lindas de Goiás, o Programa atende na rede municipal de ensino em 20 escolas municipais, promovendo a integração entre a escola e a comunidade, oferecendo a oportunidade de acesso a atividades educativas, culturais e esportivas, além de oficinas que qualificam a comunidade, como cursos de: manicura/pedicura, cabeleireiro, pinturas em tecido, quadros e cerâmicas, corte e costura, bordado, bijuterias, customização de biscuit e outros sugeridos pela comunidade.

#### Relação das Escolas Abertas no município:

- ✓ 1 - Escola Municipal Acelina Alves de Araújo;
- ✓ 2 - Escola Municipal Darcy Ribeiro;
- ✓ 3 - Escola Municipal Ednalda Guedes de Souza;
- ✓ 4 - Escola Municipal Emília Ferreira de Sousa;
- ✓ 5 - Escola Municipal Jardim Guaíra;
- ✓ 6 - Escola Municipal Jardim Pérola II;
- ✓ 7 - Escola Municipal Jardim Querência;
- ✓ 8 - Escola Municipal João Elísio;
- ✓ 9 - Escola Municipal José Vitorino;
- ✓ 10 - Escola Municipal Mansões Coimbra;
- ✓ 11 - Escola Municipal MED- GUÃO;
- ✓ 12 - Escola Municipal MEG-LUZ;
- ✓ 13 - Escola Municipal Nilson Periquito de Lima;
- ✓ 14 - Escola Municipal Orlando Soares;
- ✓ 15 - Escola Municipal Roberto Alves da Silva;
- ✓ 16 - Escola Municipal Rui Barbosa;
- ✓ 17 - Escola Municipal Santa Lúcia;
- ✓ 18 - Escola Municipal São Bartolomeu;
- ✓ 19 - Escola Municipal Ver. Erico de Sousa Ferreira;
- ✓ 20 - Escola Municipal Vicente de Paula Lima Lisboa;

## 6 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Lei n.º 9394/96 deu novo destaque a educação, integrando-a às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Pela tradição brasileira, o termo educação tem um referencial de formação geral que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento humano integral informado por valores éticos, sociais políticos, de modo a preservar a dignidade intrínseca do ser humano e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores, o que requer uma leitura atualizada do mundo nas suas implicações econômicas, culturais e científico-tecnológicas.

A educação profissional gratuita é de responsabilidade da União. Porém, o art. 40 da LDB Lei 9394/96 define que a educação profissional pode ser oferecida também por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

A formação destes profissionais é de competência de todos os órgãos governamentais e não governamentais. A proposta de execução dessa formação profissional é de oferecer vagas nos três níveis da Educação profissional: básico, técnico e tecnológico.

Em Águas Lindas possui o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que contribui com 16 cursos de capacitação profissional a partir de 2012, bem como a conceituada Instituição Assistencial de apoio comunitário e Capacitação Profissional **Ação Social do Planalto**, o município já conta com o Centro Técnico de Educação Profissional (CETEP) e outras instituições privadas, desenvolvendo vários cursos de capacitação profissional.

## 7 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esse diagnóstico leva em consideração os desafios da educação superior no município diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a educação superior não como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade.

Em Águas Lindas, o 3º grau funciona com diversos cursos oferecidos à Distância pela **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**.

- ✓ **Universidade de Brasília (UNB)** que atende 37 alunos nos Cursos de graduação: Letras e Pedagogia.
- ✓ **Universidade Estadual de Goiás (UEG)** possui um Curso de Graduação em Bacharelado em Administração Pública com 45 alunos e os Cursos de Pós Graduação *Latos Sensu* de Gestão Pública com 40 alunos, Gestão Pública Municipal com 40 alunos, Gestão em Saúde com 40 alunos;
- ✓ **Universidade Federal de Goiás (UFG)** oferece Curso de Pós graduação em Diversidade e Cidadania com 40 alunos atendidos.

Como pode observar no quadro abaixo, o número de alunos atendidos pela Universidade aberta do Brasil (UAB) Pólo Águas Lindas de Goiás é expressivo para uma cidade que ainda está começando a dar seus primeiros passos na área de formação no Nível Superior. Observa-se que um total de 569 alunos(as) já se formaram nos diversos cursos oferecidos e que 1.235 alunos(as) no total em um período de 4 anos entre graduação, pós graduação, e curso de extensão no atendimento a população.



## 7.1 - DADOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

### POLO ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

Universidade	Nível	Cursos	Início	Término	N.º de Alunos	Formados
UNB	Graduação	Pedagogia	2009	2013	40	13
		Letras	2009	2013	40	12
	Total de alunos				80	25
	Pós Graduação	Inclusão Escolar	2010	2011	35	35
	Total de alunos				35	35
UFG	Graduação	Matemática	2014	Cursando	50	Cursando
	Total de alunos				85	35
	Pós Graduação	Gênero, Diversidade e cidadania	2010	2011	35	30
		Metodologia de Ensino	2010	2011	40	40
		Educação Integral (extensão)	2010	2011	40	38
		Letramento Informacional	2014	Cursando	40	Cursando
		História e Cultura Afro-Braseira	2014	Cursando	40	Cursando
		Total de alunos				195
UEG	Graduação	Administração Pública	2010	2014	40	33
		Ciências Biológicas	2015	Previsto	40	Previsto
	Total de alunos				80	33
	Pós Graduação	Gênero e Diversidade	2010	2014	240	203
		Gestão Pública	2010	2014	40	32
		Gestão Pública Municipal	2011	2012	40	34
		Gestão em Saúde	2011	2012	40	31
		Objetos da Educação	2015	Previsto	40	Previsto
		Total de alunos				560
Total Geral					1235	569

Fonte: UAB Polo Águas Lindas de Goiás

Faculdades particulares como: **A Faculdade Brasil Central**, atualmente, **Faculdade Mauá de Águas Lindas de Goiás** que oferece 04 (quatro) Cursos Presenciais como: Ciências Contábeis com; Administração de Empresas; Pedagogia; Sistemas de Informação. Cursos particulares à Distância temos: O

**Instituto Educacional de Samambaia (SIEL)** com o Curso de Pedagogia atendendo 50 alunos e o **Instituto Brasileiro de Pesquisas – (IBRAP)** atendendo 45 alunos no Curso de Pedagogia.

## **8 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO**

A Gestão Democrática do ensino público está prevista em nossa Carta Magna em seu art. 206; VI e art. 3º; VIII da Lei 9394/96 e contém o princípio da participação da sociedade. A Constituição estendeu aos municípios o direito de organizarem seus sistemas de ensino, com autonomia e em regime de colaboração entre si, com os estados e com a União (art. 211). Esses dispositivos legais traduzem uma concepção de educação emancipadora, com fundamentos no exercício efetivo da cidadania.

A Gestão Democrática caracteriza-se pela forma de gerir uma instituição de maneira a possibilitar a participação de todos os envolvidos no processo, a transparência nas decisões e o acesso à democracia como primícias no processo de gestão, pois conforme Leonardo Boll *“o que concerne a todos deve ser decidido por todos”*.

Um dos pilares fortalecedores da Gestão Democrática da Educação é a participação dos órgãos de Controle Social, pois através da participação dos conselhos, sejam eles escolares, municipais, estaduais, ligados a algum fundo ou criadas por lei específica, o exercício da Cidadania e a lisura, o gasto público podem se evidenciar, construindo um cenário público educacional, mas abrangente e eficaz, pois como afirma Jaime Pinsky no livro a História da Cidadania: *“Aqui reside à origem mais remota da política como instrumento de tomada de decisões coletivas e de resolução de conflitos do Estado, que não se distinguia da comunidade, mas era sua própria expressão”*.

A Gestão Democrática na escola pauta-se em alguns componentes básicos: Constituição dos Conselhos Escolares, elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa, avaliação institucional da



escola de acordo com que propõe o Plano Estadual de Educação – PEE de Goiás e o Plano Nacional de Educação o ente deverá garantir a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios de mérito e de desempenho. A educação municipal buscará a participação da Câmara de Vereadores, Prefeitura e Conselho Municipal de Educação para formatar diretrizes de gestão democrática da educação.

## **9 - FINANCIAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação de Águas Lindas tem o trabalho voltado ao atendimento de excelência aos alunos, não se contentando apenas em garantir o acesso, mas, também a permanência dos alunos na escola.

A razão de ser um município que propicia o bem-estar da coletividade. A educação dentre outras é função primordial do município. A municipalidade, através de preceitos legais, arrecada recursos financeiros que compõe a sua receita. A receita é derivada da arrecadação de impostos e transferências para poder financiar suas atividades. Assim, é a partir da aplicação destes recursos financeiros que o Município propicia aos cidadãos a satisfação de suas necessidades.

Em função da natureza federativa do estado brasileiro, a Constituição definiu a divisão de responsabilidade entre União, Estado e Município, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Fazem-se necessários alguns ajustes e aperfeiçoamentos nas políticas de financiamentos da educação, como está prevista na própria legislação. Destacam-se as questões como garantir o financiamento da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e outros.

O programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na rede pública municipal possibilita à escola complementar suas necessidades emergenciais em manutenção e conservação, segundo sua Proposta Pedagógica.



A Secretaria Municipal de Educação deve ter o papel central, no que se refere à educação escolar, mas há também que se articular com outros órgãos e esferas administrativas, seja em termos de apoio técnico ou recursos financeiros, em áreas de atuação comum.

O planejamento educacional, no município, de maneira eficiente e eficaz, requer a implantação de sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais, do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados estatísticos sobre a educação. Assim sendo, poder-se-á consolidar um sistema de avaliação institucional, indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas para a valorização dos recursos humanos, recursos financeiros e atendimento à demanda. O município para consolidar seu sistema educacional como um todo e como um espaço de construção de relações deverá buscar aperfeiçoamento do regime de colaboração entre entes federativos e implantar uma efetiva gestão democrática.

No momento Águas Lindas de Goiás depende de transferências constitucionais para manter uma educação de qualidade, e como demonstra o quadro abaixo esses repasses sofrem variações, que na maioria das vezes, prejudica a administração pública municipal devido ao crescimento da população e, conseqüentemente, da demanda de atendimento educacional.

### Transferências Constitucionais para Educação

Ano	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
Ano 2000	5.149.583,89	907,88	0	15.134,28	0	0	0	5.579.094,56	0	10.744.720,61
Ano 2001	6.516.262,44	629,09	0	17.457,48	0	0	0	6.691.601,40	0	13.225.950,41
Ano 2002	8.813.919,35	3.016,13	0	18.501,24	0	0	0	8.322.099,57	0	17.157.536,29
Ano 2003	9.229.812,83	1.514,55	0	16.743,70	0	0	0	10.526.069,85	0	19.774.140,93
Ano 2004	10.794.159,80	3.867,59	0	20.899,80	0	250.187,09	13.403,67	11.889.181,83	0	22.971.699,78
Ano 2005	21.626.881,77	2.566,40	0	18.017,52	0	507.287,23	15.414,73	13.524.477,34	0	35.694.644,99
Ano 2006	24.989.591,46	2.732,47	0	8.907,35	0	558.576,10	21.858,17	16.341.357,71	0	41.923.023,26
Ano 2007	28.296.206,22	2.885,72	0	9.990,12	0	609.287,20	20.588,62	0	19.504.624,63	48.443.582,51
Ano 2008	21.497.887,09	2.223,85	0	9.765,35	0	406.157,97	60.605,88	0	24.997.763,93	46.974.404,07
Ano 2009	20.099.895,09	4.704,55	0	10.085,76	0	221.862,14	53.956,51	0	31.659.652,14	52.050.156,19
Ano 2010	33.716.457,36	6.510,32	0	9.836,64	0	477.078,84	58.578,51	0	33.819.945,35	68.088.407,02
Ano 2011	42.010.660,74	3.227,26	0	9.169,32	0	619.006,57	50.440,80	0	44.438.447,88	87.130.952,57
Ano 2012	43.203.406,10	2.856,84	0	10.335,12	0	333.193,73	50.527,22	0	57.185.628,68	100.785.947,69
Ano 2013	46.156.122,56	3.835,74	0	11.098,07	0	17.354,60	0	0	63.113.819,10	109.302.230,07
Ano 2014	49.309.843,11	14.434,84	0	12.986,16	0	35.161,14	68.358,93	0	66.105.379,84	115.546.164,02

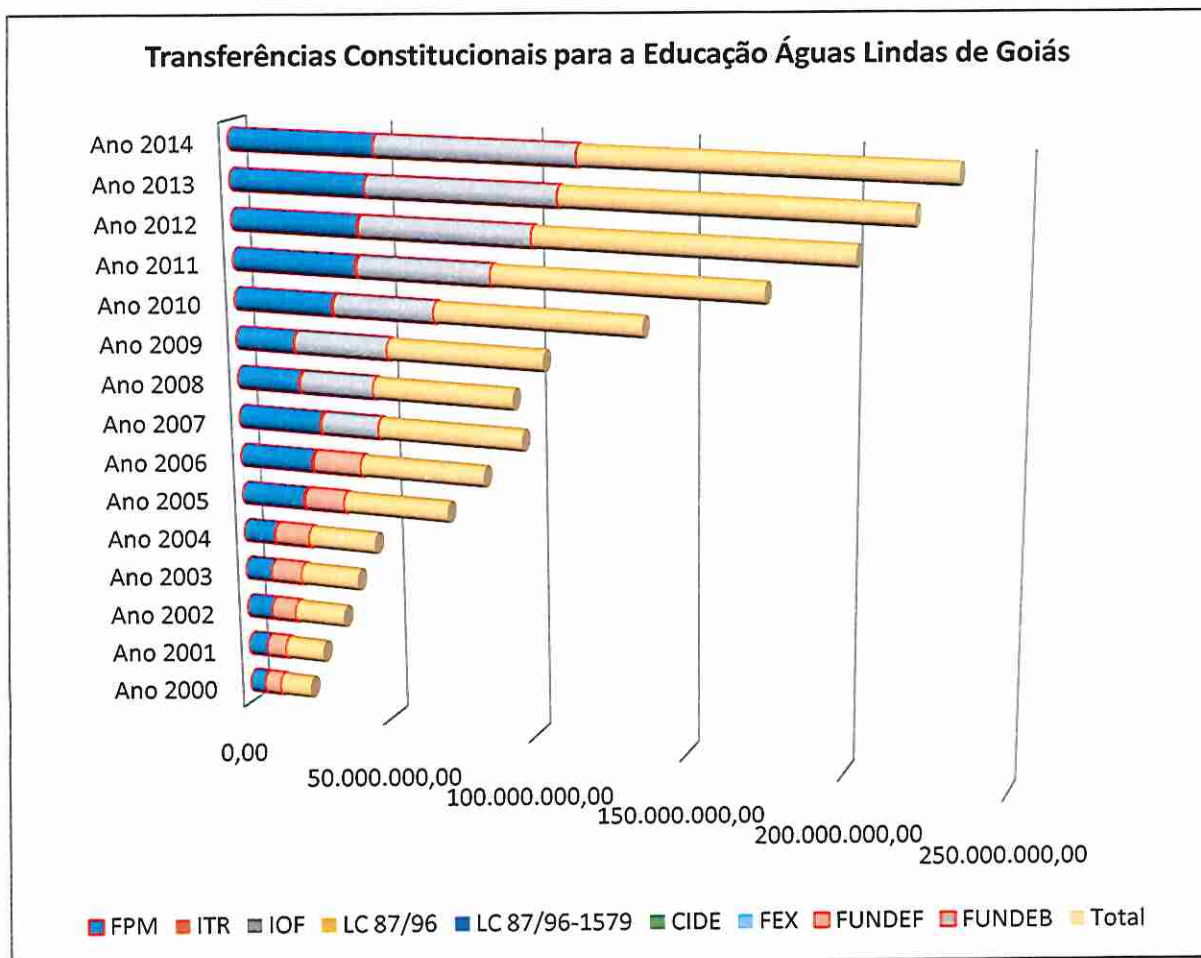
A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Fonte: Tesouro Nacional ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br))

Observa-se que as transferências constitucionais para a educação teve um crescimento ano a ano, porém com variáveis de repasse como é demonstrado pelo quadro acima, fonte Tesouro Nacional ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)). Principalmente nos repasses do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE), LC 87/96 que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (LEI KANDIR) e

Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), os quais demonstram quedas substanciais nas transferências, e como mostra o gráfico abaixo:

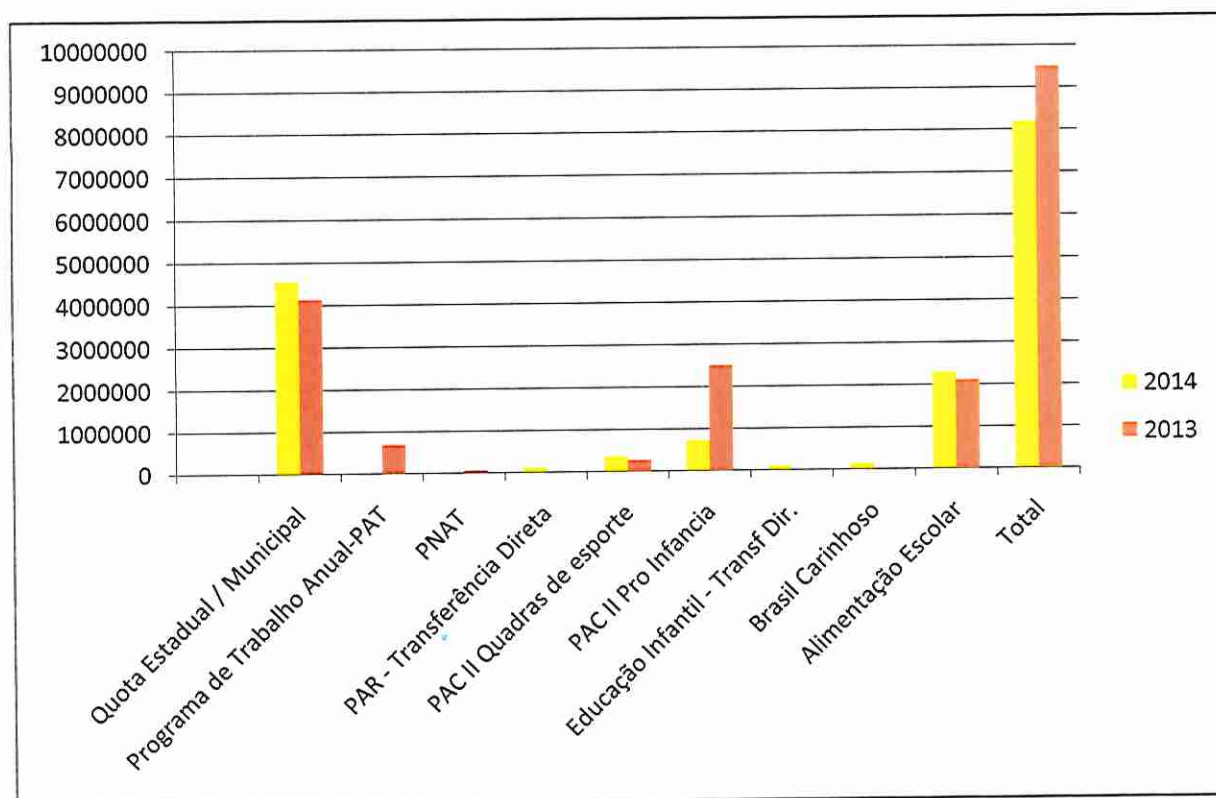


Nota-se que mesmo com a abrangência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sendo ampliado para atendimento desde a Educação Infantil o repasse se manteve com a mesma variante de ano para ano, deixando por conta do município o atendimento da Educação infantil.



## 10 - REPASSES: SALARIO EDUCAÇÃO

Transferências Salário Educação		
	2014	2013
Quota Estadual / Municipal	4.546.916,24	4.135.885,64
Programa de Trabalho Anual-PAT	0,00	685.741,29
PNAT	0,00	52.200,48
PAR - Transferência Direta	99.998,39	0,00
PAC II Quadras de esporte	346.510,12	259.607,68
PAC II Pro Infância	712.351,32	2.494.448,84
Educação Infantil - Transf. Direta	84.139,05	0,00
Brasil Carinhoso	119.878,16	0,00
Alimentação Escolar	2.272.540,00	2.089.764,00
<b>Total</b>	<b>8.182.333,28</b>	<b>9.484.007,93</b>
Fonte: FNDE – Ministério da Educação		



## **11 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Conselho Municipal de Educação é um órgão autônomo e permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, com competência para decidir todas as questões referentes à Educação na área de abrangência do Sistema Municipal de Ensino, conforme preceituada na Lei 531/06.

O Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás criado pela Lei Municipal 531/06 com as alterações feitas pelas leis 868 e 880 ambas de 2011, possui representatividade do Poder Executivo, Poder Legislativo, Professores das Escolas Municipais, das Escolas Particulares e da Sociedade Local.

A sociedade recebeu a incumbência de direcionar as Políticas Públicas Educacionais, bem como de oportunizar a participação social neste direcionamento, seja através da propositiva de ações que visem o bem coletivo ou por meio do exercício do poder fiscalizador das atividades educacionais, visando também maior eficiência dos recursos públicos e ações das Escolas Particulares, os Conselhos Municipais de Educação surgem como órgãos de participação social capazes de auxiliar na consecução das Políticas Públicas Educacionais.

## **12 - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE**

Para maior aplicabilidade do Plano Decenal da Educação do município de Águas Lindas, há que se preverem mecanismos que assegurem a implementação das políticas estabelecidas, a adoção de medidas de avaliação e acompanhamento periódico e contínuo, buscando a possibilidade de adaptações ou outras medidas para corrigir o Plano em decorrência de alterações ocorridas no contexto social e educacional do município. Do Estado e do País.

Conforme Diretrizes Gerais serão constituídos, um Comitê de Acompanhamento Permanente do Plano Municipal de Educação de Águas Lindas com a participação dos representantes relacionados, nomeados para esse fim por ato do Chefe do Poder Executivo, que terá a seguinte composição:

- ✓ O Secretário (a) Municipal de Educação;
- ✓ 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- ✓ 02 (dois) representantes do Conselho M. de Educação;
- ✓ 02 (dois) representantes da Prefeitura Municipal;
- ✓ 02 (dois) representantes do Poder Legislativo;
- ✓ 02 (dois) representantes do Ministério Público;
- ✓ 02 (dois) representantes dos professores das escolas municipais;
- ✓ 02 (dois) gestores das escolas públicas municipais;
- ✓ 02 (dois) servidores da Educação Municipal;
- ✓ 02 (dois) representantes da Rede Escolar Privada;
- ✓ 02 (dois) representantes da Rede Escolar Estadual;
- ✓ 02 (dois) representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Município;
- ✓ 02 (dois) representante de Instituições Assistenciais;

O Comitê de Acompanhamento permanente terá por objetivo avaliar periodicamente as diretrizes, metas e objetivos a serem consolidados pelo Plano Municipal de Educação, ao longo de 10 anos, e será convocado ordinariamente no mês de novembro de cada ano e extraordinariamente quando se fizer necessário por ato da Secretaria Municipal de Educação ou Conselho Municipal de Educação.



### **13 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Elaboração do Plano Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás foi construída atendendo o princípio constitucional de “Gestão Democrática do Ensino Público”, definido na Constituição Brasileira e no Plano Nacional de Educação.

O PME tem forma organizacional embasada na transparência, equidade, responsabilidade e comprometimento. Será implantado de forma gradativa, prevendo o envolvimento de recursos humanos, a adequação da estrutura organizacional.

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Águas Lindas de Goiás, 23 de março de 2015

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME**/elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de maio de 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 25 de junho de 2014.

BRASIL. Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base - Programa Escola Ativa** – Brasília: SECAD/MEC, 2008.

BRASIL. Gabinete da Governadoria do Estado de Goiás, Constituição Estadual. Goiânia, 05 de outubro de 1989.

BRASIL. Gabinete da Governadoria do Estado de Goiás, Lei Ordinária n.º 12.797 de 27 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a criação do Município de Águas Lindas de Goiás e dá outras providências. Goiânia, **Diário Oficial**, 28 de dezembro de 1995.

BRASIL. Gabinete da Governadoria do Estado de Goiás, Lei Complementar n.º 62 de 09 de outubro de 2008. Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2008/2017 e dá outras providências. Goiânia, **Diário Oficial**, 17 de outubro de 2008.

BRASIL. Lei Municipal n.º 001 de 21 de dezembro de 1997. **Cria a Estrutura Organizacional do Município de Águas Lindas de Goiás** e dá outras providências. Águas Lindas de Goiás, 21 de dezembro de 1997.

BRASIL. **Plano de Carreira do Servidor Público do Município de Águas Lindas de Goiás**, Lei Municipal nº 383, 2003.

BRASIL. **Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Águas Lindas de Goiás**, Lei Municipal nº 384, 2003.

BRASIL. **Estatuto do Servidor Público do Município de Águas Lindas de Goiás**, Lei Municipal nº 385, 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica do Município de Águas Lindas de Goiás**, 2007.

## ANEXO

### METAS E ESTRATÉGIAS

**Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

#### Estratégias:

1.1) definir metas de ampliação do atual atendimento da Educação Infantil, universalizando a médio e longo prazo o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos;

1.2) garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.8) promover a formação inicial de formação continuada específica para os profissionais atuantes na Educação Infantil;



1.9) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.10) fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.11) possibilitar a disponibilização de uma equipe multiprofissional (psicólogos, oftalmologistas, odontólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e nutricionistas), para priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.12) implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.13) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.14) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.15) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.16) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.17) proporcionar a reorganização e avaliação periódica da grade curricular e matrizes curriculares, tomando-se por referência as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, em consonância com os aspectos vivenciados na realidade educacional local;

1.18) promover, até o final da vigência desse PME, a construção de 100% dos Centros de Educação Infantil e creches para melhor atender a demanda existente e estimular a desapropriação de áreas privadas para a construção de creches e centros de educação infantil onde não houver área públicas para esse fim;

1.19) acompanhar o pleno cumprimento da legislação vigente com relação ao número de professor/aluno por espaço físico;

1.20) buscar a colaboração de órgãos competentes como: instituições de Assistência Social e Conselhos diversos para implementação de programas de orientação a famílias com filhos menores na educação infantil, nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar;

**Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

### **Estratégias:**

2.1) promover a elaboração de um currículo capaz de contemplar a base nacional comum e as especificidades locais valorizando e garantindo um novo paradigma curricular que possibilite relações interdisciplinares e transversais, ofertando o Ensino Fundamental obrigatório;

2.2) garantir o ensino fundamental de 09 anos obrigatório, em parceria com a Rede Estadual de Ensino, a partir dos 6 anos de idade, conforme disposto no art. 32 da Lei 9394/96 a todas as crianças, jovens e adultos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3) aperfeiçoar os mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições



adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo;

2.7) disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, por meio da gestão democrática, expressa pela participação dos conselhos escolares e comunidade, de acordo com a legislação vigente;

2.10) estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades;

2.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.12) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.13) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.14) reforçar gestões junto ao governo do Estado de Goiás, visando adequar e expandir a infraestrutura física da Rede Estadual, hoje insuficiente para atender a demanda;



2.15) promover a ampliação e melhoraria na oferta do transporte escolar;

2.16) ampliar progressivamente a oferta da “Educação Integral” de modo a atender todos os alunos da Rede Pública Municipal a médio e longo prazo;

2.17) criar o Sistema Municipal de Avaliação, para Avaliar a gestão escolar e o desempenho dos alunos, utilizando os Conselhos Escolares e comunidade escolar, para que se possa atingir as metas nacionais do IDEB estipuladas pelo MEC;

2.18) reduzir, utilizando eficazmente o programa de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela, a reprovação, o abandono e a distorção idade-série, atendendo a metas anuais, a partir de 50%, e atingindo a 90% ao final de cinco anos.

2.19) garantir a aplicação de teste de acuidade visual e auditiva em todas as Unidades Escolares de Ensino Fundamental, em parceria com a área de saúde, para detectar problemas e oferecer apoio adequado, e encaminhamento necessário aos alunos;

2.20) implantar procedimentos de avaliação institucional que completem a execução do programa de avaliação de desempenho do profissional do magistério, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como retroalimentação do desenvolvimento profissional;

2.21) criar um Programa de capacitação continuada para todos os professores e profissionais que atuam na educação principalmente com os que estão diretamente envolvidos com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais;

2.22) implantar procedimentos de avaliação institucional que contemple a execução do programa de avaliação de desempenho do profissional do magistério, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como retroalimentação do desenvolvimento profissional;

2.23) adaptar progressivamente todos os prédios escolares existentes conforme os padrões mínimos estabelecidos para acessibilidade, inclusive, a Sede da Secretaria Municipal;

2.24) oferecer aos alunos que participam do Programa de Inclusão o atendimento por intermédio de uma equipe multiprofissional, além de professores especializados, no Centro Municipal de Educação Inclusiva, bem como nas escolas públicas municipais que atendem alunos especiais;

2.25) Promover a construção, ampliação e adequação de todas as escolas municipais de Ensino Fundamental I, para que as mesmas possuam sedes próprias de uso exclusivo para o Ensino Fundamental até o final da vigência desse PME.

**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**Estratégias:**

3.1) estimular uma política de qualidade do ensino médio nas Escolas Estaduais, garantindo flexibilidade curricular para atingir níveis satisfatórios de desempenho, visando diminuir a evasão e a repetência;

3.2) estimular políticas de padrões de infra-estrutura física de qualidade: dependências administrativas, salas de aulas, auditórios, bibliotecas, quadra de esporte, laboratórios;

3.3) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) apoiar e incentivar as organizações estudantis;

3.6) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.7) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.8) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude e o Governo Estadual;

3.9) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete)



anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.10) redimensionar a oferta de ensino médio, em parceria com a Rede Estadual de Ensino, nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

3.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.13) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, com a garantia de atendimento de todos os egressos do Ensino Fundamental;

3.14) assegurar junto ao governo estadual a expansão a curto prazo do quantitativo de Escolas Estaduais para atender Ensino Médio de acordo com as necessidades da demanda no município.

**Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **Estratégias:**

4.1) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2) implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo;



4.3) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.4) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.5) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.6) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.7) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.8) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;



4.9) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.10) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.11) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.12) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.13) definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.14) promover, por iniciativa do Ministério da Educação e do Centro Municipal de Educação Inclusiva (CEMEI), nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.15) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



4.16) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.17) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, universidades e institutos federais e estaduais, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.18) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.19) projetar ações de valorização dos profissionais que atuam com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, atendendo a legislação vigente;

4.20) reduzir a quantidade de alunos em salas de aula regular, que possuam alunos portadores de necessidades especiais de acordo com lei municipal específica;

4.21) disponibilizar, a curto e médio prazo, livros didáticos falados, em braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal;

4.22) implantar núcleos esportivos para atendimentos a portadores de necessidades educacionais especiais;

**Meta 5:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental.

### **Estratégias:**

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do segundo ano do ensino fundamental;

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.8) assegurar a implantação de internet de banda larga com velocidade suficiente para atender a demanda da SME quanto ao Censo Escolar, Bolsa Família, Programas e projetos, Departamento de Educação Continuada;

**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 10% (dez por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 5% (cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

### **Estratégias:**

6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante



todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede municipal pública de ensino;

6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública municipal de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública municipal de ensino;

6.7) atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

**Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas Lindas de Goiás	2,9	3,7	3,7	4,4	4,4	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2

Escolas Municipais	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E.M. Acelina Alves de Araújo		3,6	3,1	4,9	4,7		3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
E.M. Ana Lúcia Oliveira da Silva			3,6	4,2	4,6			3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Antonio Cícero de Araújo				3,9	3,8				4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
E.M. Antonio Luiz Gonzaga			3,8	5,0	4,0			4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Darci Ribeiro	3,0	3,4	3,3	4,0	4,2	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Emília Ferreira de Souza	2,4	3,6	4,1	4,6	4,2	2,6	3,2	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
E.M. Fernando Cunha Junior					4,5					4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Geracina Pereira da Silva		4,7	4,0	4,6	4,4		4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
E.M. Inácio Carneiro da Costa				4,3	4,5				4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
E.M. Jardim América	2,6	3,8	3,9	4,7	4,4	2,6	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
E.M. Jardim da Barragem V	2,1	3,7	3,5	4,3	4,1	2,2	2,8	3,3	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8
E.M. Jardim das Oliveiras			4,0	4,3	***			4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7
E.M. Jardim Guaiá	2,5	3,5	3,5	4,3	4,6	2,7	3,3	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Jardim Pérola I	2,5	3,2	2,7	4,1	4,2	2,6	3,1	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,1
E.M. Jardim Perola II	3,2	3,8	3,5	5,2	5,6	3,2	3,6	4	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Jardim Quêrência	2,6	3,0	3,7	4,0	4,7	2,7	3,1	3,6	3,9	4,1	4,4	4,8	5,1
E.M. João Elizio Lima Pessoa	3	3,7	3,3	3,9	4,9	3	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. José Vitorino de Souza	3,3	3,5	3,7	4,1	4,0	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
E.M. Juliana Eloy da Silva				4,8	4,9				5,1	5,4	5,7	5,9	6,2
E.M. Kennedy	3,1	4,3	3,8	4,7	4,5	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Luíza Tereza				5,1	4,5				5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
E.M. Mansões Coimbra	3,0	4,0	4,0	5,2	4,0	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Mansões Olinda	3,2	4,1	4,4	4,9	5,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
E.M. Maria José Costa Lima					4,5					4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. MedGuão	3,5	3,2	3,2	4,1	5,1	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
E.M. Meg Luz	3,4	3,9	4,1	5,1	4,0	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
E. M. Orlando Soares de Sousa		3,3	3,6	3,3	4,4		3,5	3,9	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
E.M. Prof.ª Ednaldo Guedes de Souza	3,3	4,0	4,1	4,2	4,1	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
E.M. Prof.ª Érika Flavia V. de Souza	2,5	3,7	3,3	4,7	4,2	2,7	3,3	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
E.M. Roberto Alves da Silva		4,0	3,3	4,3	4,0		4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9
E.M. Rui Barbosa	3,2	4,1	3,8	4,3	4,4	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
E.M. Santa Lúcia	2,2	3,2	3,8	4,1	4,5	2,4	3,0	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
E.M. São Bartolomeu	3,8	3,7	4,3	4,8	4,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0
E.M. Senador Emival Ramos Caiado				4,8	4,7				5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
E.M. Vereador Érico de Souza Ferreira	3,3	4,0	3,9	4,1	4,2	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5
E.M. Vicente de Paula Lisboa	1,1	3,6	3,4	4,2	4,1	1,5	2,7	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
E.M. Zélia Correa Cotrim				3,8	4,6				4,0	4,3	4,6	4,9	5,2

Obs.: \* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados \*\* Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep n.º 304 de 24 de junho de 2013, \*\*\* Sem média na Prova 2013

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta



### **Estratégias:**

7.1) estabelecer e implantar, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental I tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) constituir, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica municipal, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) formalizar e executar os planos de ações articuladas das escolas municipais, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, priorizando a escola com IDEB abaixo da média nacional;

7.7) aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames

aplicados nos anos iniciais do ensino fundamental, assegurada a sua universalização, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.9) orientar as políticas do sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional;

7.10) fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, à rede pública de educação básica e ao sistema de ensino da União, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.11) melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido;

7.12) incentivar o desenvolvimento de programas e projetos eficientes e específicos, que venham a selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, para o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.13) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.14) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;





7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.18) assegurar a todas as escolas públicas Municipais o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.19) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das salas de leitura nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.21) o município, em regime de colaboração com o Estado de Goiás e a União, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.22) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria municipal de educação, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da secretaria municipal de educação, com a implantação do Núcleo de Tecnologia Educacional;



7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.24) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância e parceria com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

7.25) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.26) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.27) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

7.28) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;



7.29) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.30) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública municipal por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.31) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.32) aderir e fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, e o sistema estadual de Goiás, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.33) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.34) instituir, em articulação com o Estado de Goiás, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.35) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação por meio do Conselho Municipal de Educação (CME);

7.36) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

**Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 20% (vinte por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### **Estratégias:**

8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado de Goiás e a União, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública Estadual e Municipal regular de ensino;

8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

**Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### **Estratégias:**

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;



9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração com o Estado de Goiás e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.9) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e o sistema municipal e estadual de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

**Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**Estratégias:**

10.1) manter programa municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora, por meio de convênios com o Instituto Federal e Estadual de educação Profissional de Águas Lindas de Goiás, além de outros órgãos nacionais e internacionais;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;



10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) institucionalizar programa municipal de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

**Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### **Estratégias:**

11.1) articular junto a ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a expansão as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) articular o fomento e a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) articular o fomento e a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular e contribuir para a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) estimular a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.6) colaborar para a expansão e o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.7) estimular a expansão e a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.8) articular para que seja elevada gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.9) colaborar na redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

**Meta 12:** contribuir para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

### **Estratégias:**

12.1) facilitar otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante



ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2) colaborar na ampliação da oferta de vagas, por meio de ampliação da estrutura existente da Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3) ajudar a fomentação da oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobre tudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.4) contribuir para a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.5) contribuir para ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.6) favorecer a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.7) ajudar na expansão dos estudos e pesquisas que analisam a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais locais, regionais e nacionais;

12.8) favorecer a expansão do atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas áreas;

12.9) fazer parte da expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua

contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.10) contribuir para o fortalecimento das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

**Meta 13:** contribuir para a elevação da qualidade da educação superior e para a ampliação e a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

#### **Estratégias:**

13.1) ajudar na ampliação da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;

13.2) participar do processo contínuo de auto avaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a formação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.3) incentivar a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.4) abrir espaço para elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

13.5) contribuir para a promoção da formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior.



**Meta 14:** contribuir para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

**Estratégias:**

14.1) estimular os profissionais do município para que possam participar e ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.2) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.3) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;

14.4) facilitar a promoção do intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.5) contribuir para a ampliação do investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;

14.6) estimular o aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do município e a pesquisa, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;

14.7) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;

14.8) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

**Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, e o Estado de Goiás, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam

formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**Estratégias:**

15.1) atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Estado de Goiás e no Distrito Federal, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2) contribuir para a consolidação do financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

15.3) estimular a ampliação de programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.4) contribuir para a consolidação e ampliação da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.5) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

15.8) receber e valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.11) implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

**Meta 16:** estimular a formação, em nível de pós-graduação, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação,



considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

#### **Estratégias:**

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação;

16.2) consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública municipal de educação, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura e da investigação;

16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas municipais de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

**Meta 17:** valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

#### **Estratégias:**

17.1) constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação do Ministério Público, Conselho Municipal de Educação,

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e dos Profissionais e trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) reestruturar e implementar, no prazo de até 01 (um) ano, a partir da aprovação desse PME, no âmbito do Município, plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;

17.4) ampliar a assistência financeira específica do município para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

17.5) garantir proventos para o auxílio alimentação a todos os profissionais e trabalhadores (as) da educação.

**Meta 18:** assegurar, no prazo de 01 (um) ano, a reestruturação do plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica pública municipal, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### **Estratégias:**

18.1) estruturar a rede pública municipal de educação de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo;

18.2) implantar, na rede pública de educação, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;



18.3) prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.4) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.5) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

**META 19:** Assegurar condições no prazo de vigência do PME, estudo através da Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Comunidade Escolar, com o intuito de aprimorar a gestão das unidades escolares.

Em relação à indicação do gestor da unidade escolar ficará a cargo do Chefe do Poder Executivo.

#### **Estratégias:**

19.1) aprovar legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) apoiar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

19.4) estimular, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

**Meta 20:** ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### **Estratégias:**

20.1) estimular a busca de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis no município (fabricas, industrias, agropecuária, agricultura etc.) para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica;

20.2) verificar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria Municipal de Educação e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.4) desenvolver, por meio da Secretaria Municipal de Educação estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;



20.5) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.6) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.7) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Municipal de Educação - FME, pelo Conselho Municipal de Educação - CME e pelas Comissões de Educação da Câmara de Vereadores;

20.8) caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros ao Município caso esse não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.9) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade no Sistema Municipal de Educação, aferida pelo processo de metas de qualidade realizada por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.10) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema municipal de ensino.

## Secretaria Municipal de educação - SME

### Plano Municipal de Educação

*"Cada cidade tem o tamanho da Educação do seu povo"*

-MDG-

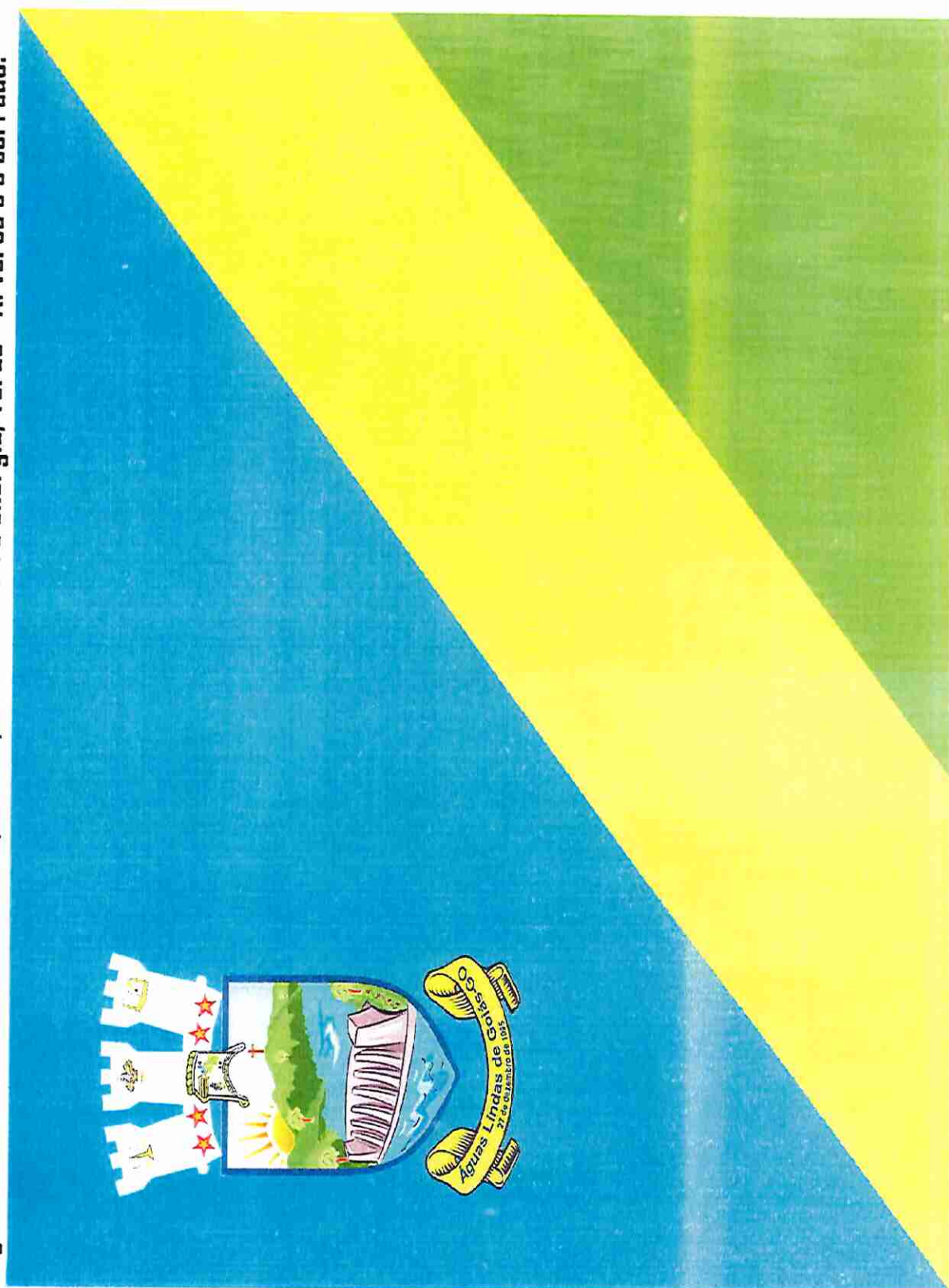
A comunidade agualindense, agradece a todos que participaram da construção educacional do Município de Águas Lindas de Goiás.

#### Secretários Municipais de Educação - Gestão 1997 a 2015.

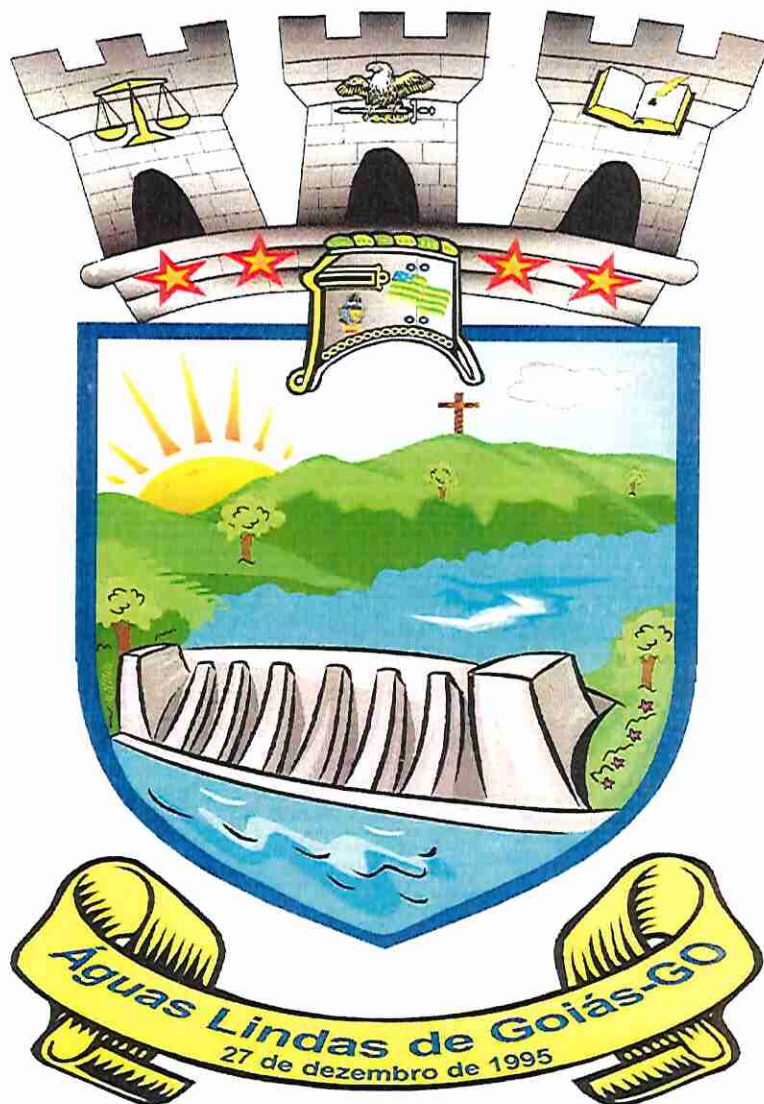
- ✓ Adailton José Braga
- ✓ Herotildes de Sousa Milhomem
- ✓ Rossana Clarette Cavalcante Marques
- ✓ Auristela Olanda Lopes
- ✓ Eva Barros Nogueira
- ✓ Daniel de Castro Ferreira
- ✓ Claudinei Cavalheiro de Meira
- ✓ Hélio Júnior de Moraes
- ✓ Donizete Santos
- ✓ José Roberto Reis
- ✓ Reginaldo Ribeiro Moura
- ✓ Cleomídio Antonio Oliveira
- ✓ Francisco Martins dos Santos
- ✓ Luiz de Aquino Pereira
- ✓ Francisca Ferreira da Silva
- ✓ Maria de Jesus Ribeiro Moura
- ✓ Ronaldo Torquato Beserra
- ✓ Maria da Guia Lima Cruz
- ✓ Silvério Correa dos Santos



**Significados da Bandeira: Azul - Céu, infinito; Amarelo - Sol e energia; Verde - Árvores e o cerrado.**



**Autor: Valério Antônio Pinto Basto da Rocha**



### BRASÃO DE ARMAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

*Autor: Valério Antônio Pinto Basto da Rocha*

Cada item do Brasão expressa subjetivamente a seguinte idéia:  
**3 Torres de Vigília**, representam os 3 poderes; **Estrelas**, simbolizam a vida; **Elmo com o brasão e a bandeira do Estado**, representa Goiás; **Listel com o nome da cidade e a data**, simboliza a emancipação; **Escudo**, simboliza a segurança.

Os desenhos do escudo exprimem simbolicamente o seguinte:  
**Água**, deu origem ao nome da cidade; **Barragem**, o marco do município; **Céu**, o infinito; **Sol**, a energia; **Árvores e o verde**, o cerrado; **Cruz**, a religiosidade do povo.